

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 44, DE 2021

(Do Poder Executivo)

MSC 182/2021

OF 309/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 767, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 466, de 18 de março de 2015 - Associação Comunitária Farroupilha, no município de Pelotas - RS;
- 2 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 - Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani - MG;
- 3 - Portaria nº 470, de 30 de abril de 2015 - Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar, no município de Piraúba - MG;
- 4 - Portaria nº 744, de 10 de junho de 2015 - Associação Cultural Desportiva de São Bento, no município de São Bento - MA;
- 5 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 - Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis - SP;
- 6 - Portaria nº 2.975, de 30 de julho de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM, no município de Lages - SC;
- 7 - Portaria nº 3.589, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão, no município de Três Rios - RJ;
- 8 - Portaria nº 3.627, de 19 de agosto de 2015 - Associação Cultural Comunitária de Pedreira, no município de Pedreira - SP;
- 9 - Portaria nº 3.863, de 28 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Educativa de Piedade, no município de Piedade - SP;
- 10 - Portaria nº 6.163, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Calmonense, no município de Miguel Calmon - BA;
- 11 - Portaria nº 81, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição, no município de Pereiras - SP;
- 12 - Portaria nº 84, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Palmares de Radiodifusão, no município de Palmares - PE;
- 13 - Portaria nº 92, de 1º de fevereiro de 2016 - Rancho Verde Viva - RVV, no município de Salgueiro - PE;
- 14 - Portaria nº 101, 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba', do Município de Porangaba e Adjacências, no município de Porangaba - SP;
- 15 - Portaria nº 116, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação José Leite de Oliveira, no município de São José de Piranhas - PB;

- 16 - Portaria nº 144, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, no município de Glória do Goitá - PE;
- 17 - Portaria nº 152, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação de Assistência Social de Cabaceiras, no município de Cabaceiras - PB;
- 18 - Portaria nº 156, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão, no município de Itanhandu - MG;
- 19 - Portaria nº 251, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina, no município de Palestina - SP;
- 20 - Portaria nº 520, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM, Zelia Coli Junqueira, no município de Carmo de Minas - MG;
- 21 - Portaria nº 684, de 9 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária de Ouro Verde, no município de Ouro Verde - SP;
- 22 - Portaria nº 687, de 10 de maio de 2016 - Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP, no município de Porteiras - CE;
- 23 - Portaria nº 689, de 9 de maio de 2016 - Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI, no município de Teixeira - PB;
- 24 - Portaria nº 690, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrazulense, no município de Serra Azul - SP;
- 25 - Portaria nº 753, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa - ITA, no município de Nova Europa - SP;
- 26 - Portaria nº 764, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo, no município de Pedro Leopoldo - MG;
- 27 - Portaria nº 767, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, no município de Garanhuns - PE;
- 28 - Portaria nº 770, de 9 de maio de 2016 - Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural, no município de São Miguel do Araguaia - GO;
- 29 - Portaria nº 774, de 9 de maio de 2016 - Sociedade de Ação Comunitária Canaã, no município de Três Marias - MG; e
- 30 - Portaria nº 900, de 9 de maio de 2016 - Rádio Clube da Vida - Vida FM, no município de Jussara - GO.

Brasília, 29 de abril de 2021.

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.015755/2015-16, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, inscrita no CNPJ nº 02.130.537/0001-00, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de abril de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 26397/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 767, de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 767/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000318/1999 e nº 53900.015755/2015-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0990330** e o código CRC **0BF0A3DE**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 309/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 466, 468, 470, 744, 2.952, 2.975, 3.589, 3.627, 3.863 e 6.163, de 2015; 81, 84, 92, 101, 116, 144, 152, 156, 251, 520, 684, 687, 689, 690, 753, 764, 767, 770, 774 e 900, de 2016.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.056215/2011-11

SEI nº 2535667

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36724/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.015755/2015-16.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4694644** e o código CRC **BBCF83AA**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.015755/2015-16**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 06 de abril de 2015



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 06/04/2015, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0447665** e o código CRC **222F5BC8**.



Ofício 02/2015

Garanhuns, 25 de março de 2015

Ilmo. Sr.
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia

Assunto: **ABERTURA DE PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Senhor Coordenador,

Em atenção dos que consta na Portaria nº 197 de 1º de julho de 2013, que estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária, estamos reiterando o interesse da Entidade na Renovação de Outorga, e segue para análise a documentação em conformidade com o subitem 20.3 da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, alterado pela Portaria 197 de 01/07/2013.

Atenciosamente

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto

Presidente

CPF. Nº 036.583.754-77

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 27/03/15 às 15/30 horas

Assinatura: Barbara

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

CNPJ. 02.130.527/0001-00

Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE

CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. (Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013).

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3.
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Atenciosamente

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto

Presidente

CPF. Nº 036.583.754-77

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

CNPJ. 02.130.527/0001-00

Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE

CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



Endereço para correspondência: Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José, Garanhuns,
PE - CEP: 55.294-310

Telefone para contato: 087 - 88466501

Correio eletrônico (e-mail): wccnto@yahoo.com.br

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
CNPJ. 02.130.527/0001-00
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE
CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, inscrita no CNPJ sob o nº 02.130.527/0001-00, com sede na Rua Capitão Pedro Rodrigues, nº 155, Bairro São José, Garanhuns, Estado de Pernambuco, CEP: 55.294-310. Entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 2429, publicada no DOU de 25/11/2002 e Decreto Legislativo nº 320 publicado no DOU datado de 27/04/2005, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a **Renovação da Outorga** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Garanhuns, 25 de março de 2015

Atenciosamente

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto

Presidente

CPF. Nº 036.583.754-77

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
CNPJ. 02.130.527/0001-00
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE
CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Monte Sinai FM, declaro para os devidos fins que: Atesto que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Garanhuns, 25 de março de 2015

Atenciosamente

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto

Presidente

CPF. Nº 036.583.754-77

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
CNPJ. 02.130.527/0001-00
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE
CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta menu ajuda

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MONTE SINAI FM**CNPJ:** 02.130.537/0001-00

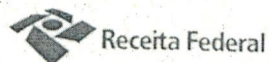
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:01:56 do dia 19/03/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/04/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.130.537/0001-00 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 15/09/1997	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MONTE SINAI FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CMS FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R CAPITAO PEDRO RODRIGUES		NÚMERO 155	COMPLEMENTO
CEP 55.295-110	BAIRRO/DISTRITO SAO JOSE	MUNICÍPIO GARANHUNS	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014:

Emitido no dia 20/03/2015 às 10:23:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, ADAPTADA ÀS LEIS N.ºS. 10.406/2002 E 11.127/2005, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1997, NO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTA CIDADE, SOB O N.º DE ORDEM 174, FLS. 42V, DO LIVRO A N.º A-04, CONFORME ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2015, EM VISTA DAS ALTERAÇÕES DE ALGUNS ARTIGOS, DELIBERAM OS ASSOCIADOS CONSOLIDAR O ESTATUTO SOCIAL, PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO.

Capítulo Primeiro - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E OBJETIVO.

Art. 1º - A Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, fundada em 10 de setembro de 1992, com sede na Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155 – Bairro São José, Garanhuns/ PE, é uma Associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrático, sem fins lucrativos e tem por finalidade Explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, operando em frequência modulada, em baixa potencia e cobertura restrita, de acordo com que dispõe o Art. 13, Parágrafo 2º, do Decreto Lei 1720 de 21 de dezembro de 1995, artigo 5º, Inciso IX, LXVIII da Constituição Federal, artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, ainda, o que preconiza a Lei 4117, de 27 de agosto de 1972, modificada pelo Decreto Lei 236, de 28 de janeiro de 1967, bem como a Norma Complementar Nº 01/2011 do serviço de radiodifusão comunitária, e demais normas legais que regem a espécie, com foro na cidade de Garanhuns, deste Estado e com duração por tempo indeterminado:

I – O Serviço da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, obedecerá aos princípios do artigo 223 da Constituição Federal;

II – Esta Associação será regida por este Estatuto, pelo regimento e pela legislação supra mencionada.

Art. 2º - O Serviço da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM tem por finalidade:

I – Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;

II – Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;

III – Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com o disposto neste estatuto, e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável;

IV – Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicações locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;

V – Contribuir para o aperfeiçoamento profissional; nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação vigente;

VI – Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outros sem fins lucrativos;

VII – Organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas na comunidade ou de interesse geral;

VIII – Promover continuamente debate, objetivando o avanço dos projetos comunitários.



20 MAR 2015

Capítulo Segundo – DA ORGANIZAÇÃO E FUNDAMENTO DA ENTIDADE.

Art. 3º - São órgão da Associação Comunitária Rádio Monte Sinal FM:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Conselho Comunitário.

DA ASSEMBELIA GERAL

Art. 4º - A Assembleia geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre, para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva e discussão de assuntos gerais de interesse da Entidade e ou das comunidades envolvidas.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela diretoria executiva, pelo Conselho Fiscal e por 1/5 (um quinto) dos associados, através de abaixo assinado. A convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de Edital afixado na sede e estúdio da entidade, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da rádio e por publicação em jornais ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação trinta minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Parágrafo Terceiro - As Assembleias Gerais serão dirigidas pelo Presidente da Associação que convidará um ou dois presentes para servir de Secretario na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 5º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em datas, hora e local por ela determinada e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretario, pelo Conselho Fiscal ou por um 1/5 (um quinto) dos associados, através de abaixo assinado.

Art. 6º - A Diretoria será eleita para um mandato de 04 (quatro) anos com direito a uma recondução, em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fins, através de votação aberta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo Primeiro – A AGE com fins eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 4º, Parágrafo Primeiro.

Parágrafo Segundo – A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral.

Parágrafo Terceiro – Quaisquer pedido de impugnação de chapas ou recurso serão julgado pela própria AGE.



20 MAR. 2015

Parágrafo Quarto – Somente poderão ser eleitos os associados que tenham pelo menos um ano de filiação e, somente poderão votar os associados que tenham pelo menos 06(seis) meses de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 7º - A Diretoria Executiva será composta de sete cargos, a saber:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário Geral
- d) Tesoureiro
- e) Diretor de Operações
- f) Diretor Cultural e de Comunicação Social
- g) Diretor de Patrimônio.

Parágrafo Primeiro – Havendo vacância do cargo será titular o vice e assume imediatamente. No caso da vacância de Presidente e Vice-Presidente deverá ser imediatamente convocada a AGE para eleição de nova diretoria.

Parágrafo Segundo – A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do Diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternativas sem justificativa aceite pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicada pro escrito.

Art. 8º - A diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico, nas formas do Art. 4º, Parágrafo Primeiro, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da Entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da Diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta pro três fundadores, que administrará a Entidade até a eleição da nova Diretoria, nos moldes do Art. 6º deste Estatuto.

Art. 9º - Caberá a Diretoria Executiva, coletivamente:

I – Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;

II – Convocar a AG;

III – Indicar um de seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou nos casos que julgar conveniente;

IV – Elaborar relatório semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;

V – Prestar contas bimestrais ao Conselho Fiscal e anualmente a AGO, ou quando solicitado pela AG.

VI – Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração.

VII – Autorizar a aquisição de equipamentos.

VIII – Efetivar a realização de convênio que se enquadrem nos objetivos da entidade;

IX – Aprovar e modificar regimentos internos de departamento ou serviço que venha a ser implantados e ou administrados pela entidade;

X – Elaborar a programação da emissora, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável.

Art. 10º - Caberá a cada diretor, individualmente:

I – Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes no cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público



Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Fone/Fax: (81) 3712-1122
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião
20 MAR. 2015
VALIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO
que a presente cópia e a reprodução fiel do original que
apresentado Dou fe Emissões RS _____ TSNR RS _____
Lei nº 11.404/96

- II** – Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
III – Responder em juízo pela entidade;
IV – Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as Atas e demais documentos de circulação interna e externa;
V – Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral.

Art. 11 – Caberá ao Presidente:

- I** – Coordenar as reuniões de diretoria e assembleia geral;
II – representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
III – responder em juízo pela Entidade;
IV – Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as Atas e demais documentos de circulação em geral;
V – Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamentos das despesas em geral.

Art. 12 – Caberá ao Vice-Presidente:

- I** – Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
II – Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 13 – Caberá ao Secretário Geral:

- I** – Secretariar as reuniões da Diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente as respectivas atas;
II – Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinado-os juntamente com o Presidente;
III – Manter o cadastro de associados atualizado;
IV – Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da entidade.

Art. 14 – Caberá ao tesoureiro:

- I** – Manter sob seu controle toda movimentação financeira da Entidade;
II – Supervisionar a ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
III – Apresentar os balancetes a diretoria;
IV – Assinar, juntamente com o Presidente os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade.

Art. 15 – Caberá ao Diretor de Operações:

- I** – Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as funções coletivas;
II – Implementar e supervisionar a programação da rádio, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

Art. 16 – Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação

- I** – Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
II – Promover por todos os meios possíveis de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da entidade;

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público



III – Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória com estes estatutos, regimentos interno e outros.

Art. 17 – Caberá ao Diretor de Patrimônio:

I – Manter sob o seu controle todo o patrimônio da Entidade, quer seja bens móveis ou imóveis material de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes e publicações gerais;

II – Implantar o arquivo histórico da entidade.

Art. 18 – O quorum mínimo para decisões nas reuniões da Diretoria Executiva e de quatro membros, cinquenta por cento (50%) mais um. Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima ou extraordinária, onde tentar-se-á a solução do impasse.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 19 – O Conselho Fiscal será eleito juntamente com a Diretoria Executiva, com mandato de igual período, podendo ser uma vez reconduzido e será composto por três membros titulares e o mesmo número de suplentes.

Art. 20 – Compete ao Conselho Fiscal

I - Reunir-se semestralmente e sempre que fizer necessário, para apreciação e dar parecer as contas da entidade;

II – Convocar a AGE;

III – Convocar os diretores para esclarecimento, inclusive o tesoureiro;

IV – Propor medidas que visem a melhoria da situação financeira da Entidade.

Parágrafo Único – Os membros do Conselho Fiscal desempenham suas funções e atribuições sem remuneração.

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 21 - O conselho Comunitário será instituído pela Associação através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.

Art. 22 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Parágrafo Segundo: A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

Ofício 02/2015 (0444317)



SEI 53900.015755/2015-16 / pg. 13

20 MAR. 2015
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião

certifico que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original que se encontra arquivado no Cartório de Notas de Autenticidade e Escatização
Lote nº 11.404/96
Total R\$

VAN DOPOSSIVAMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE E ESCATIZAÇÃO

Capítulo Terceiro – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS E SUAS CATEGORIAIS.

Art. 23 – Poderão associar-se as atividades da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, quaisquer pessoas físicas ou entidades juridicamente constituídas, independente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto.

Art. 24 – As categorias dos associados serão:

- a) Associados Fundadores – aqueles que idealizaram e fundaram a Entidade;
- b) Associados Contribuinte – aqueles que colaborarem mensalmente com a importância a ser fixada.

Art. 25 – São direitos do Associado:

- a) Gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela Associação;
- b) Votar e ser votado para qualquer cargo ou função;
- c) Participar das Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;
- d) Consultar todos os livros e documentos da Associação, quando sentir necessidade;
- e) Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos, informações sobre as atividades da associação e propor medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- f) Convocar Assembleia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;
- g) Desligar-se da Associação quando lhe convier, através de comunicação escrita.

Art. 26 - São deveres do Associado:

- a) Observar as disposições estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela Diretoria Executiva e Assembleia Geral;
- b) Cumprir os compromissos assumidos pela Assembleia;
- c) Recolher anualmente, aos cofres da Associação, contribuição a ser fixada em Assembleia Geral;
- d) Contribuir com todos os meios ao seu alcance, para o desenvolvimento e fortalecimento da Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

Art. 27 - A admissão de associado deverá ser deliberada pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para as deliberações relativas à admissão de associado é exigido o voto de aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O associado que infringir as disposições deste Estatuto estará sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão para os reincidentes em infração punida com advertência;
- c) Exclusão para os reincidentes em infração com suspensão;
- d) Ausência em três reuniões consecutivas, sem justificativa, implicará no desligamento do associado.

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público



3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Damasceno, 100 - Centro
Fone/Fax: (87) 3762-0631
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião - V

02 MAR. 2015

Certifico que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fe. Emolumentos R\$ _____ TSNR R\$ _____

15/05/2015 em 16:45 pg. 14

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO 6

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Assembleia Geral decidirá quanto à sanção aplicada ao associado infrator, que deverá ser comunicado por escrito desta decisão no prazo de 05(cinco) dias úteis da data da realização da referida Assembleia.

PARÁGRAFO QUARTO – Da decisão que decretar a sanção, caberá sempre recurso à Assembleia Geral especialmente convocada para estes fins, que poderá ser interposto no prazo de 05(cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da decisão pelo associado.

PARÁGRAFO QUINTO – O recurso interposto deverá ser apreciado na próxima reunião da Assembleia Geral, quando também deverá ser proferida decisão final.

PARÁGRAFO SEXTO – A exclusão de associado dar-se-á também a pedido do mesmo, através de carta ao Presidente.

Capitulo Quarto: RECEITAS E DESPESAS.

Art. 28 – A receita da Entidade advirá:

I – Da contribuição especial de qualquer pessoa, a titulo de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

II – Da contribuição mensal dos associados;

III – De verbas provenientes de subsídio oficial;

IV – De patrocínio do comércio local;

V – De campanha e outras atividades desenvolvidas para este fim;

Parágrafo Primeiro – Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometem de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade.

Parágrafo Segundo – Todas as doações serão analisadas pela Diretoria executiva que poderá aceita-la ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – Será garantido aos doadores que desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito ou por força judicial.

Art. 29 – As despesas da Entidade podem ser:

I – Despesas operacionais, tais como aluguel de bens, móveis e imóveis, compra de equipamentos discos, fitas, CD's e outros;

II – Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalação, a titulo de pró-labore;

Parágrafo Primeiro – A associação para desenvolver suas atividades, também contará serviços necessários no limite de suas possibilidades.

Parágrafo Segundo – A contratação de funcionários dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Parágrafo Terceiro – Os associados não responderam pelas obrigações sociais da Entidade.

Capitulo Quinto – DA PROGRAMAÇÃO MÍNIMA DA RÁDIO

Art. 30 – Minimamente, a aprovação da Rádio deverá constar de:

I – Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observada apenas adequações de horário na programação;

II – Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnica definidas pelo direito de programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público
Ofício 02/2015 (0444317)



20 MAR. 2015

7

Certifico que a presente foto-cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado Dou fe Emolumentos R\$ TSNR R\$
5898009275526 16 / pg. 1543496

VALIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

III – Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidário produzidos, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Rádio, por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da Lei.

IV – Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária de várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação do espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria.

Capítulo Sexto: DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 31 – A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão da AG convocada conforme o previsto no Art. 4º, parágrafo primeiro.

Parágrafo Primeiro – Ponto de pauta obrigatório na AG convocada para a dissolução da Entidade deverá se a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia.

Parágrafo Segundo – O patrimônio da Entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembleia.

Parágrafo Terceiro - Caso haja dívida na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no parágrafo 2º deste artigo.

Capítulo Sétimo: DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 32 – Os casos considerados omissos ou insolúveis serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Art. 33 - De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições que lhe é de direito, reformar Estatuto, apresentar à Assembleia sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seu preceito.

Art. 34 - A Associação será dissolvida, por vontade dos associados, manifestada em Assembleia Geral, expressamente convocada para este fim.

Art. 35 - É proibida a remuneração dos integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como bonificação ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados.

Art. 36 – Manter intercâmbio com a ABRAÇO e outras entidades de radiodifusão comunitária existente no Brasil e/ou em outros países

Artigo 35 – Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, ouvindo os órgãos assistenciais e de fiscalização do associativismo.

Artigo 36 - A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração no seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Artigo 37 - O Presente Estatuto e seus artigos e capítulo, atendo aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais.

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

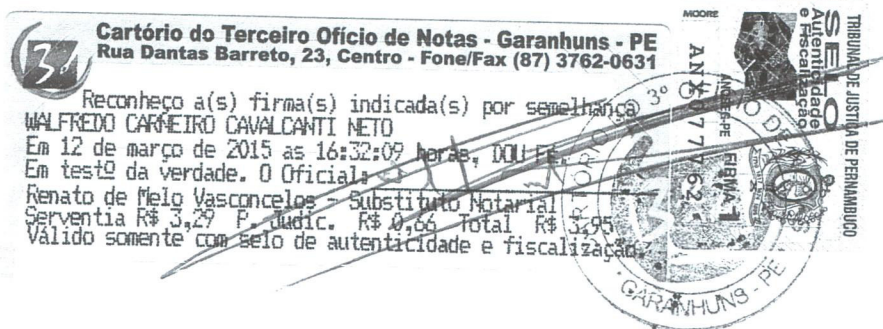


Artigo 38 - Aprovado este estatuto pela Assembleia Geral de Alteração, será o mesmo averbado no Cartório de Pessoas Jurídica do Município de Garanhuns, Pernambuco. E entrará em vigor na data de sua aprovação.

Garanhuns, 02 de fevereiro de 2015.

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto
Presidente

Flauber Santos Oliveira
Secretário

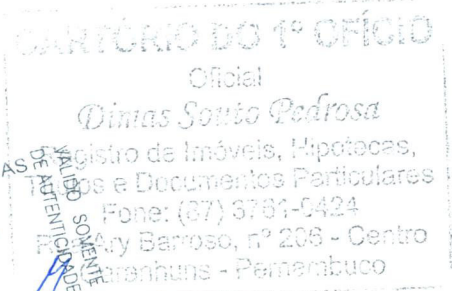


REGISTRO ESPECIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Protocolo nº de ordem 10.159 Fls 79
Aprovação e registro no dia 12 de Março de 2015 sob o nº 2.897
de Fls 182 do livro nº A05 Dou. fls.
Garanhuns 17 de Março de 2015
O Oficial de Registro Especial

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Renato de Melo Vasconcelos
Escriturante



Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI – FM, PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO FISCAL E COMUNITÁRIO E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.

Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 15:00 (quinze) horas, reuniram-se na sede da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai, CNPJ Nº 02.130.537/0001-00, à Rua Capitão Pedro Rodrigues nº 155, Bairro São José, Garanhuns, Estado de Pernambuco, os associados em pleno gozo dos seus direitos sociais, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1 – eleição e posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário; 2 – Alteração do Estatuto Social; e, 3 – assuntos gerais.** Assumiu a Presidência da Assembleia o Sr. Osman Benício de Holanda Cavalcanti, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 990.129 SSP/PE e CPF. nº 137.171.204-25. Convidou os demais membros da Diretoria e os integrantes do Conselho Fiscal para fazerem parte da mesa e deu por aberta a sessão. Em seguida nomeou o Senhor Flauber Santos Oliveira, brasileiro, casado, supervisor, RG. nº 2647051 SSP/PB e CPF. nº 010.563.994-06, para secretariar a presente sessão. Em seguida, mandou o Secretário fizesse a leitura do Edital de Convocação com a ordem do dia a ser discutida e votada. Tomando a palavra com Presidente da Assembleia, esclareceu aos presentes que era necessário fazer algumas alterações no Estatuto Social, lembrou aos presentes que o estatuto tinha passado por algumas alterações e junho de 2002, mas ainda necessitava de alguns ajustes, para se enquadrar à Norma Complementar 01/2011, que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Lembrando o Presidente que o Ministério das Comunicações só aceita o Estatuto na íntegra, e neste ato de alteração, estamos consolidando as alterações feitas na Assembleia realizada em 08/06/2002. Em continuação, tendo sido devolvida a palavra a mim, Secretário, procedi a Leitura da ordem do dia e em seguida iniciei a leitura das alterações estatutárias propostas para a apreciação dos presentes e posterior aprovação, ficando assim a redação das Cláusulas alteradas: No Art. 2º das finalidades, inciso III incluímos a expressão Comunitária, ficando assim o inciso: **III – Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária** de acordo com o disposto neste estatuto, e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável. No capítulo Segundo – dos órgãos da Associação, organizamos os órgãos deliberativos em um só capítulo, e o Conselho Fiscal ganhou uma nova redação e incluímos a redação do Conselho Comunitário, que não existia no referido Estatuto. No Art. 6º, foi alterado o mandato na nova diretoria para 04 (quatro) anos. No Capítulo Terceiro – Dos direitos e deveres dos associados, foi totalmente reformado, atendendo o que consta no novo código civil, bem como a Norma 01/2011 que regulamenta o serviço de radio comunitária. No Capítulo Sétimo – Das disposições gerais e transitórias, também foram alterados os artigos, dando maior segurança jurídica aos associados. Tendo em vista as alterações proposta, o estatuto ganhou novos artigos, que passou de 31 artigos para 38. Os demais artigos permanecem inalterados. Finda a leitura da nova redação proposta para o Estatuto da Associação, tomando de volta a palavra o Sr. Presidente colocou em votação a propositura de Alteração de Estatuto, que recebeu aprovação da unanimidade dos presentes. Em seguida, o Sr. Presidente expôs aos presentes que em virtude do termino do mandato a frente da Diretoria, e como já foi relatado pelo Secretário, estamos convocando esta Assembleia para uma nova eleição para o quadriênio 2015 à 2019. Aproveito o momento para fazer os agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram com o sucesso da Associação. Tomando a palavra com Secretário, o Sr. Flauber Santos Oliveira, esclareceu que por consenso, foi apresentada uma chapa para dirigir a Associação

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

VALIDO SOMENTE COM
DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

20 MAR 2015
Rua Dantas Barreto, 23 - Centro
Fone/fax: (87) 3762-0631
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião -

BR 092727
Selo de Autenticidade
e Fiscalização
PRINCIPAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

nos próximos quatro anos, e ressalva que a nova diretora eleita inicia seu mandato em 10 de fevereiro de 2015 e vai até 10 de fevereiro de 2019. Ficando assim composta a nova Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho Comunitário: **Presidente: Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto**, brasileiro, divorciado, empresário, RG. nº 5942098 e CPF. nº 036.583.754-77; **Vice-Presidente: Marusan Pelo de Melo**, brasileiro, casado, radialista, RG. nº 3349568 SSP/PE e CPF. nº 195.477.814-72; **Secretaria Geral: Flauber Santos Oliveira**, brasileiro, casado, supervisor, RG. nº 2647051 SSP/PB e CPF. nº 010.563.994-06; **Tesoureiro: Luiz Gonzaga de Melo Neto**, brasileiro, casado, microempresário, RG. nº 6396583 SDS/PE e CPF. nº 081.825.364-99; **Diretor de Operações: José Cícero dos Santos Alves**, brasileiro, casado, radialista, RG. nº 4127976 SSP/PE e CPF. nº 511.834.474-34; **Diretor de Cultura e de Comunicações: Durval Abílio Ramos Neto**, brasileiro, casado, radialista, RG. nº 4804823 SSP/PE e CPF. nº 020.054.244-39; **Diretor de Patrimônio** João Bosco de Lucena, brasileiro, casado, comerciante, RG. nº 1946966 SSP/PE e CPF. nº 723.405.594-04. Para o Conselho Fiscal: **Titulares: 1º Osman Benicio de Holanda Cavalcanti**, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 990.129 SSP/PE e CPF. nº 137.171.204-25; **2º Elisabete Cavalcanti da Silva**, brasileira, solteira, bióloga, RG. nº 4859206 SSP/PE e CPF. nº 706.793.554-72; **3º Saulo André Cavalcanti Viana**, brasileiro, casado, contador, RG. nº 5313414 SSP/PE e CPF. nº 025.790.924-98, Para o Conselho Fiscal: **Suplentes: 1º Fernando Alves Duarte**, brasileiro, casado, funcionário público, RG. nº 1041013 SSP/PE e CPF. nº 100.187.354-87 **2º Severino Barbosa da Silva**, brasileiro, casado, comerciante, RG. nº 120043 SSP/PE e CPF. nº 100.116.684-15; **3º Ana Cristina Caldeiro de Holanda Carvalho**, brasileira, divorciada, advogada, RG. nº 4643796 SSP/PE e CPF. nº 989.345.894-34 Para o **Conselho Comunitário: 1º ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SITIO CAGADO**, CNPJ. 00.913.987/0001-35. Neste ato sendo representado pelo Sr. José Sandro Barbosa da Silva, brasileiro, casado, agricultor, RG. nº 7.707.829 SSP/PE e CPF. nº 067.555.034-36; **2º ENTIDADE: SETE DE SETEMBRO ESPORTE CLUBE**, CNPJ. 11.467.891/0001-07. Neste ato sendo representado pelo seu Presidente, o Sr Nilton Soares Ayres, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 3251714 SSP/PE e CPF. nº 708.948.764-49; **3º ENTIDADE: ACIAGAM - ASSOCIAÇÃO DO COMERCIO DA INDUSTRIA E AGROINDUSTRIAL DE GARANHUNS E AGRESTE MERIDIONAL**, CNPJ. 05.426.873/0001-84. Neste ato sendo representado pelo seu Presidente, o Sr. Jefferson Pessoa de Andrade Júnior, brasileiro, solteiro, administrador, RG. nº 5.398.905 SSP/PE e CPF. nº 007.670.324-03; **4º ENTIDADE: COLÉGIO DIOCESANO DE GARANHUNS**, CNPJ. 10.233.930/0001-49. Neste ato sendo representado pelo Sr. Albérico Luiz Fernandes Vilela, brasileiro, casado, professor, RG. nº 1.501.025 SSP/PE e CPF. 137.137.444-9; **5º ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO TEMPO**, CNPJ. 10.849.829/0001-17. Neste ato sendo representado pelo seu Presidente, o Sr. José Luis da Silva Júnior, brasileiro, casado, radialista, RG. nº 5543579 SSP/PE e CPF. nº 025.012.684-23. O qual foi aprovado por unanimidade. Por fim o Sr. Presidente deu por empossado a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e Comunitário, que terá um mandato de 04 anos. E, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, de qual eu, Elisabete Cavalcanti da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada vai assinada por mim, e pelo Presidente da Diretoria. Está conforme o próprio livro original; dou fé. Garanhuns, 02 de fevereiro de 2015.

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



3º OF
Flauber Santos Oliveira – Secretário

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto – Presidente

Cartório do Terceiro Ofício de Notas - Garanhuns - PE
Rua Dantas Barreto, 23, Centro - Fone/Fax (87) 3762-0631

Reconheço a(s) firma(s) indicada(s) por semelhança
WALFREDO CARNEIRO CAVALCANTI NETO
Em 16 de março de 2015 às 15:28:19 horas, OUI PE
Em test. da verdade, O Oficial
Raimundo Miguel França de Carvalho - Tabelião Público
Serventia R\$ 3,29 P. Judicial R\$ 10,25 Total R\$ 13,54
Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público



Marusan Pelo de Melo

Marusan Pelo de Melo – Vice-presidente
Cpf. 195.477.814-72

Luiz Gonzaga de Melo Neto

Luiz Gonzaga de Melo Neto – Tesoureiro
Cpf. 081.825.364-99

José Cícero dos Santos Alves

José Cícero dos Santos Alves – Diretor de Operações
Cpf. 511.834.474-34

Durval Abílio Ramos Neto

Durval Abílio Ramos Neto – Diretor de Cultura e de Comunicações
Cpf. 020.054.244-39

João Bosco de Lucena

João Bosco de Lucena – Diretor de Patrimônio
Cpf. 723.405.594-04

CONSELHO FISCAL

Osman Benício de Holanda Cavalcanti

Osman Benício de Holanda Cavalcanti
Cpf. 137.171.204-25

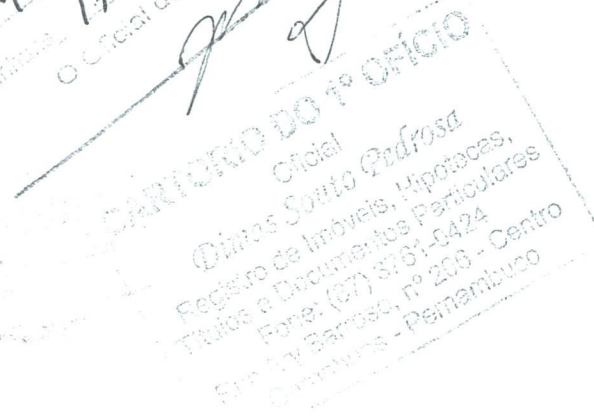
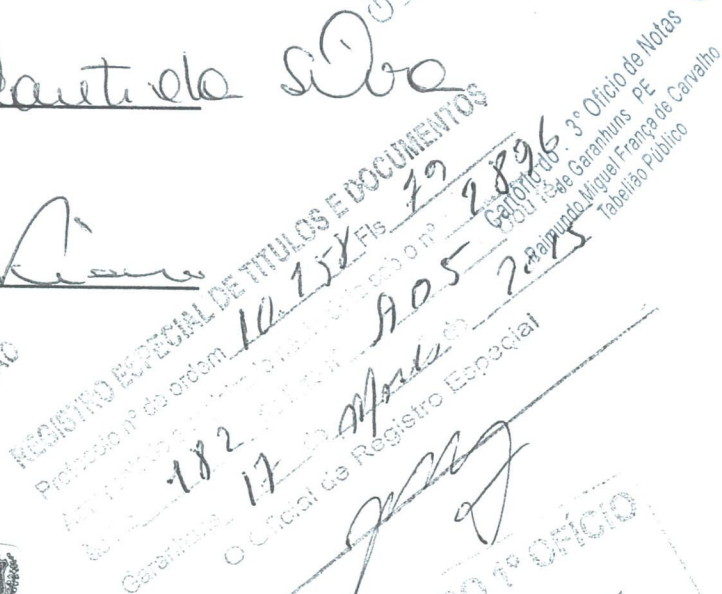
Elisabete Cavalcanti da Silva

Elisabete Cavalcanti da Silva
Cpf. 706.793.554-72

Saulo André Cavalcanti Viana

Saulo André Cavalcanti Viana
Cpf. 025.790.924-98

Oficial
Olimas Santo Pedrosa
Registro de Imóveis, Hipotecas,
Títulos e Documentos Particulares
Fone: (27) 3781-6424
Rua Ary Barroso, nº 206 - Centro
Garanhuns - Pernambuco



CARTÓRIO DIMAS SOUTO PEDROSA

Tabelião Oficial: Dimas Souto Pedrosa

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.

Rua Ary Barroso, nº 206, Centro – Garanhuns-PE

CEP: 55290-000

Fone: (87)3761.0424

e-mail: registro.imoveis.garanhuns@bol.com.br

CERTIDÃO

CERTIFICO, por me haver sido verbalmente pedido, que dando buscas no arquivo deste Cartório, encontrei às fls.182 do livro **A-05** Sob o número de ordem **2.897** em data de **17 de Março de 2015**, (Porotocolo nº **10.159**). o **REGISTRO DO ESTATUTO SOCIAL (ALTERAÇÃO)** da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai- FM, contendo o novo ESTATUTO 09 folhas, 38 Artigos, capitulo de 1º a 7 º, que anteriormente o mencionado estatuto foi Registro neste cartorio sob nº174 as fls. 42v do livro A-4, ficando a margem do mesmo uma averbação, para constar que o mesmo foi alterado, prevalecendo o atual Estado com suas alterações, ficando copia do mesmo arquivado em cartorio. O referido é verdade: dou fé. Garanhuns, 17 de Março de 2015. O Oficial do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas. e de Registro de Registro de Títulos e Documentos Particulares, (Sub. José de Barros Junior)

CERTIDÃO

CARTÓRIO REG. DE IMÓVEIS



20 MAR. 2015

CARTÓRIO DIMAS SOUTO PEDROSA

Tabelião Oficial: Dimas Souto Pedrosa

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.

Rua Ary Barroso, nº 206, Centro – Garanhuns-PE

CEP: 55290-000

Fone: (87)3761.0424

e-mail: registro.imoveis.garanhuns@bol.com.br

CERTIDÃO

CERTIFICO, por me haver sido verbalmente pedido, que dando buscas no arquivo deste Cartório, encontrei às fls.182 do livro **A-05** Sob o número de ordem **2.896** em data de **17 de Março de 2015**, (Porotocolo nº **10.158**). o **REGISTRO** da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada no dia **02 de Fevereiro de 2015**. Da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai-FM, para Eleição e Posse da Diretoria Executiva do Conselho Fiscal e Comunitário e Alteração do Estatuto Social, contendo a mencionada ata **03** folha, ficando copia da mesma aquivada em cartório, O referido é verdade: dou fé. Garanhuns, **17 de Março de 2015**. O Oficial do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas. e de Registro de Registro de Títulos e Documentos Particulares, (Sub. José de Barros Junior)

CERTIDÃO

CARTÓRIO REG. DE IMÓVEIS



Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público



VALIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO
A cópia e a reprodução fiel do original que
for emulados RS TSNR RS
Lei nº 11.404/06



Relatório do Conselho Comunitário da Associação Comunitária Radio Monte Sinai FM

Relatório do Conselho Comunitário da Associação Comunitária Rádio Sinai FM Sobre a programação da Rádio na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Os membros deste Conselho estiveram reunidos em reunião extraordinária no mês de março de 2015 na Sede da Entidade, Sítio Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155 – Bairro São José, Garanhuns/PE, com a finalidade de analisar e deliberar sobre a programação da Rádio Comunitária Monte Sinai, atendendo ao que consta na Norma Complementar 01/2011 no Subitem 21.4.1.

O Presidente da Associação o Sr. Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto iniciou os trabalhos nos apresentando a grade de programação da rádio que passamos a expor abaixo:

PROGRAMAÇÃO DIÁRIA
SEGUNDA – SEXTA

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
05:00 às 06:30	Club do Forró	Especial com Luiz Gonzaga, mantendo a Cultura da Região.
06:30 às 09:00	Combate 1º Edição	Jornalismo local, Estadual e Nacional, Debates, dicas de Saúde, distribuição de prêmios, Dicas de empregos, músicas, Interatividade com a participação da comunidade
09:00 às 09:10	Momento da Fé	Programação Católica
09:10 às 12:00	Show da 87	Um tributo aos melhores cantores da MBB, debates, enquetes, dicas de saúde e entrevistas, com a participação da comunidade
12:00 às 13:30	Combate 2º Edição	Jornalismo local, Estadual e Nacional, Debates, dicas de Saúde, distribuição de prêmios, Dicas de empregos, músicas, Interatividade com a participação da comunidade
13:30 às 14:00	Lance Esportivo	Jornalismo Esportivo

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

CNPJ. 02.130.527/0001-00

Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE

CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



14:00 às 16:00	Show da Tarde	Programa voltado para o público jovem, debates, entrevistas e muita interatividade.
16:00 às 17:00	Paradão Sertanejo	Programa voltado para o público jovem, músicas com a participação dos ouvintes
17:00 às 19:00	Ligando no Veio Jeremias	Contos e causos do Interior
19:00 às 20:00	Voz do Brasil	Radiobras
20:00 às 23:30	87 Romance	Noite com muita música romântica, com a participação da Comunidade.
23:30 às 00:30	Acorda pra Jesus	Programação Evangélica
00:30 às 05:00	Madrugada Light	Músicas e entretenimento.

SÁBADOS

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
05:00 às 06:00	Madrugada Light	Músicas e entretenimento.
06:00 às 08:00	Estação Retrô	Contos da cultura nordestina, e tudo sobre o Rei do baião.
08:00 às 12:00	Show 87	Debates, entrevistas, dicas de saúde, dicas de empregos, músicas e participação da comunidade.
12:00 às 16:00	Interativo 87	Programa voltado para o público jovem, músicas com a participação dos ouvintes e uma homenagem aos grandes sambistas e pagodeiros do Brasil.
16:00 às 22:00	Sabadão	Uma releitura de todos os acontecimentos da semana, entrevista com os artistas da terra, muita música, com a participação da comunidade.
22:00 às 00:00	Baú 87	Programa voltado para o público jovem, músicas com a participação dos ouvintes

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

CNPJ. 02.130.527/0001-00

Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE

CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



DOMINGO

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
00:00 às 06:00	Madrugada Light	Musicas e entretenimento
05:00 às 07:00	Manhã Nordestina	Um tributo a cultura nordestina, com a participação dos artista da terra.
07:00 às 10:00	Café e Cia	O melhor do Brega .
10:00 às 12:00	Sucesso da 87	Programa voltado para o público jovem, musicas e a participação da comunidade.
12:00 às 18:00	As Melhores da Semana	Uma relese de todos os acontecimentos da semana, entrevista com os artistas da terra, muita musica, com a participação da comunidade
18:00 às 22:00	Domingão 87	Uma relese de todos os acontecimentos da semana, entrevista com os artistas da terra, muita musica, com a participação da comunidade.
22:00 às 00:00	Baú 87	Programa voltado para o público jovem, musicas com a participação dos ouvintes

Após a exibição da grade de programação foi iniciado o debate entre os Conselheiros. Vários membros fizeram questionamentos ao diretor, outros sugeriram pequenas alterações. Depois de mais de uma hora de debate o Conselho concluiu a discussão e VOTOU de forma unânime pela permanência desta grade de programação para esse ano de 2015 por entender que ela atende a pluralidade cultural, social, religiosa e econômica da nossa comunidade.

Entendemos também que a programação esta atendendo as exigências da Lei 9.612/98 principalmente ao Artigo 4º:

As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão em sua programação aos seguintes princípios:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
CNPJ. 02.130.527/0001-00
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE
CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV – não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político, ideológico e partidário e condições sociais nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária;

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Assim, entendemos que a Emissora cumpre um importante papel na comunidade e por este motivo, aprovamos a grade de programação.

É o nosso relatório.

Garanhuns 20 de março de 2015.



Conselho Comunitário: 1º ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO CAGADO

Representante: José Sandro Barbosa da Silva



2º ENTIDADE: SETE DE SETEMBRO ESPORTE CLUBE

Representante: Nilton Soares Ayres

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

CNPJ. 02.130.527/0001-00

Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE

CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



Jefferson Pessoa de Andrade Júnior

3º ENTIDADE: ACIAGAM - ASSOCIAÇÃO DO COMERCIO DA INDUSTRIA E AGROINDUSTRIAL DE GARANHUNS E AGRESTE MERIDIONAL

Representante: Jefferson Pessoa de Andrade Júnior

Albérico Luiz Fernandes Vilela

4º ENTIDADE: COLÉGIO DIOCESANO DE GARANHUNS

Representante: Albérico Luiz Fernandes Vilela

José Luis da Silva Júnior

5º ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO TEMPO

Representante: José Luis da Silva Júnior

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

CNPJ. 02.130.527/0001-00

Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE

CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Monte Sinai FM, declaro para os devidos fins que: solicito vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Garanhuns, 25 de março de 2015

Atenciosamente

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto

Presidente

CPF. Nº 036.583.754-77

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
CNPJ. 02.130.527/0001-00
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE
CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETÁRIA DE SER. DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
ENDEREÇO: ESPLANADAS DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R,
3º ANDAR - BRASILIA - DF - CEP: 70044-900



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO

MONTE SINAI FM

RUA CAPITÃO PEDRO RODRIGUES, Nº 155, SÃO JOSE

GARANHUNS, PE, CEP: 55.294-310



Ofício 01/2015

Garanhuns, 25 de março de 2015

Ilmo. Sr.
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia

Assunto: ENCAMINHAMENTO DOC.
PROCESSO: 53103.000.318/1999

Senhor Coordenador,

Tendo em vista as Alteração no Estatuto Social, Eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, estamos encaminhando, conforme determina a Norma Complementar, a documentação abaixo relacionadas:

1. Cópia autenticada do Estatuto Social, devidamente averbada;
2. Cópia autenticada da Ata de Eleição e Posse da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e Comunitário;
3. Cópia autenticada do RG e CPF dos Diretores eleitos;
4. Declarações constante na Norma Complementar 01/2014.

Atenciosamente

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto
Presidente
CPF. Nº 036.583.754-77

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 27/03/15 às 15/30 horas

Assinatura: Barbara

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

CNPJ. 02.130.527/0001-00

Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE

CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, ADAPTADA ÀS LEIS N.ºS. 10.406/2002 E 11.127/2005, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1997, NO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTA CIDADE, SOB O N.º DE ORDEM 174, FLS. 42V, DO LIVRO A N.º A-04, CONFORME ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2015, EM VISTA DAS ALTERAÇÕES DE ALGUNS ARTIGOS, DELIBERAM OS ASSOCIADOS CONSOLIDAR O ESTATUTO SOCIAL, PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO.

Capítulo Primeiro - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E OBJETIVO.

Art. 1º - A Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, fundada em 10 de setembro de 1992, com sede na Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155 – Bairro São José, Garanhuns/ PE, é uma Associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrático, sem fins lucrativos e tem por finalidade Explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, operando em frequência modulada, em baixa potencia e cobertura restrita, de acordo com que dispõe o Art. 13, Parágrafo 2º, do Decreto Lei 1720 de 21 de dezembro de 1995, artigo 5º, Inciso IX, LXVIII da Constituição Federal, artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, ainda, o que preconiza a Lei 4117, de 27 de agosto de 1972, modificada pelo Decreto Lei 236, de 28 de janeiro de 1967, bem como a Norma Complementar N.º 01/2011 do serviço de radiodifusão comunitária, e demais normas legais que regem a espécie, com foro na cidade de Garanhuns, deste Estado e com duração por tempo indeterminado:

I – O Serviço da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, obedecerá aos princípios do artigo 223 da Constituição Federal;

II – Esta Associação será regida por este Estatuto, pelo regimento e pela legislação supra mencionada.

Art. 2º - O Serviço da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM tem por finalidade:

I – Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;

II – Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;

III – Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com o disposto neste estatuto, e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável;

IV – Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicações locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;

V – Contribuir para o aperfeiçoamento profissional; nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação vigente;

VI – Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outros sem fins lucrativos;

VII – Organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas na comunidade ou de interesse geral;

VIII – Promover continuamente debate, objetivando o avanço dos projetos comunitários.



28 MAR 2015

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

Capítulo Segundo – DA ORGANIZAÇÃO E FUNDAMENTO DA ENTIDADE.

Art. 3º - São órgão da Associação Comunitária Rádio Monte Sinal FM:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Conselho Comunitário.

DA ASSEMBELIA GERAL

Art. 4º - A Assembleia geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre, para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva e discussão de assuntos gerais de interesse da Entidade e ou das comunidades envolvidas.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela diretoria executiva, pelo Conselho Fiscal e por 1/5 (um quinto) dos associados, através de abaixo assinado. A convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de Edital afixado na sede e estúdio da entidade, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da rádio e por publicação em jornais ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação trinta minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Parágrafo Terceiro - As Assembleias Gerais serão dirigidas pelo Presidente da Associação que convidará um ou dois presentes para servir de Secretario na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

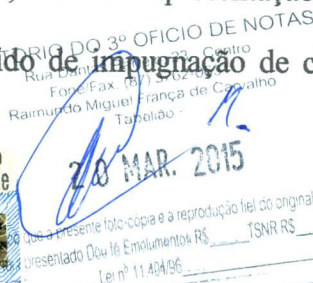
Art. 5º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em datas, hora e local por ela determinada e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretario, pelo Conselho Fiscal ou por um 1/5 (um quinto) dos associados, através de abaixo assinado.

Art. 6º - A Diretoria será eleita para um mandato de 04 (quatro) anos com direito a uma recondução, em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fins, através de votação aberta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo Primeiro – A AGE com fins eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 4º, Parágrafo Primeiro.

Parágrafo Segundo – A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral.

Parágrafo Terceiro – Quaisquer pedido de impugnação de chapas ou recurso serão julgado pela própria AGE.



Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público 2

Parágrafo Quarto – Somente poderão ser eleitos os associados que tenham pelo menos um ano de filiação e, somente poderão votar os associados que tenham pelo menos 06(seis) meses de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 7º - A Diretoria Executiva será composta de sete cargos, a saber:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário Geral
- d) Tesoureiro
- e) Diretor de Operações
- f) Diretor Cultural e de Comunicação Social
- g) Diretor de Patrimônio.

Parágrafo Primeiro – Havendo vacância do cargo será titular o vice e assume imediatamente. No caso da vacância de Presidente e Vice-Presidente deverá ser imediatamente convocada a AGE para eleição de nova diretoria.

Parágrafo Segundo – A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do Diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternativas sem justificativa aceite pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicada pro escrito.

Art. 8º - A diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico, nas formas do Art. 4º, Parágrafo Primeiro, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da Entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da Diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta pro três fundadores, que administrará a Entidade até a eleição da nova Diretoria, nos moldes do Art. 6º deste Estatuto.

Art. 9º - Caberá a Diretoria Executiva, coletivamente:

I – Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;

II – Convocar a AG;

III – Indicar um de seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou nos casos que julgar conveniente;

IV – Elaborar relatório semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;

V – Prestar contas bimestrais ao Conselho Fiscal e anualmente a AGO, ou quando solicitado pela AG.

VI – Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração.

VII – Autorizar a aquisição de equipamentos.

VIII – Efetivar a realização de convênio que se enquadrem nos objetivos da entidade;

IX – Aprovar e modificar regimentos internos de departamento ou serviço que venha a ser implantados e ou administrados pela entidade;

X – Elaborar a programação da emissora, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável.

Art. 10º - Caberá a cada diretor, individualmente:

I – Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes no cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas,



28 MAR 2015
VALIDO SEMPRE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Cartório do 3º Ofício de Notas de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

- II** – Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
III – Responder em juízo pela entidade;
IV – Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as Atas e demais documentos de circulação interna e externa;
V – Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral.

Art. 11 – Caberá ao Presidente:

- I** – Coordenar as reuniões de diretoria e assembleia geral;
II – representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
III – responder em juízo pela Entidade;
IV – Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as Atas e demais documentos de circulação em geral;
V – Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamentos das despesas em geral.

Art. 12 – Caberá ao Vice-Presidente:

- I** – Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
II – Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 13 – Caberá ao Secretário Geral:

- I** – Secretariar as reuniões da Diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente as respectivas atas;
II – Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinado-os juntamente com o Presidente;
III – Manter o cadastro de associados atualizado;
IV – Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da entidade.

Art. 14 – Caberá ao tesoureiro:

- I** – Manter sob seu controle toda movimentação financeira da Entidade;
II – Supervisionar a ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
III – Apresentar os balancetes a diretoria;
IV – Assinar, juntamente com o Presidente os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade.

Art. 15 – Caberá ao Diretor de Operações:

- I** – Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as funções coletivas;
II – Implementar e supervisionar a programação da rádio, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

Art. 16 – Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação

- I** – Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
II – Promover por todos os meios possíveis de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da entidade;



III – Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória com estes estatutos, regimentos interno e outros.

Art. 17 – Caberá ao Diretor de Patrimônio:

I – Manter sob o seu controle todo o patrimônio da Entidade, quer seja bens móveis ou imóveis material de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes e publicações gerais;

II – Implantar o arquivo histórico da entidade.

Art. 18 – O quorum mínimo para decisões nas reuniões da Diretoria Executiva e de quatro membros, cinquenta por cento (50%) mais um. Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima ou extraordinária, onde tentar-se-à a solução do impasse.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 19 – O Conselho Fiscal será eleito juntamente com a Diretoria Executiva, com mandato de igual período, podendo ser uma vez reconduzido e será composto por três membros titulares e o mesmo número de suplentes.

Art. 20 – Compete ao Conselho Fiscal

I - Reunir-se semestralmente e sempre que fizer necessário, para apreciação e dar parecer as contas da entidade;

II – Convocar a AGE;

III – Convocar os diretores para esclarecimento, inclusive o tesoureiro;

IV – Propor medidas que visem a melhoria da situação financeira da Entidade.

Parágrafo Único – Os membros do Conselho Fiscal desempenham suas funções e atribuições sem remuneração.

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 21 - O conselho Comunitário será instituído pela Associação através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.

Art. 22 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Parágrafo Segundo: A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.



Capítulo Terceiro – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS E SUAS CATEGORIAIS.

Art. 23 – Poderão associar-se as atividades da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, quaisquer pessoas físicas ou entidades juridicamente constituídas, independente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto.

Art. 24 – As categorias dos associados serão:

- a) Associados Fundadores – aqueles que idealizaram e fundaram a Entidade;
- b) Associados Contribuinte – aqueles que colaborarem mensalmente com a importância a ser fixada.

Art. 25 – São direitos do Associado:

- a) Gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela Associação;
- b) Votar e ser votado para qualquer cargo ou função;
- c) Participar das Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;
- d) Consultar todos os livros e documentos da Associação, quando sentir necessidade;
- e) Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos, informações sobre as atividades da associação e propor medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- f) Convocar Assembleia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;
- g) Desligar-se da Associação quando lhe convier, através de comunicação escrita.

Art. 26 - São deveres do Associado:

- a) Observar as disposições estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela Diretoria Executiva e Assembleia Geral;
- b) Cumprir os compromissos assumidos pela Assembleia;
- c) Recolher anualmente, aos cofres da Associação, contribuição a ser fixada em Assembleia Geral;
- d) Contribuir com todos os meios ao seu alcance, para o desenvolvimento e fortalecimento da Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

Art. 27 - A admissão de associado deverá ser deliberada pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para as deliberações relativas à admissão de associado é exigido o voto de aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O associado que infringir as disposições deste Estatuto estará sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão para os reincidentes em infração punida com advertência;
- c) Exclusão para os reincidentes em infração com suspensão;
- d) Ausência em três reuniões consecutivas, sem justificativa, implicará no desligamento do associado.



PARÁGRAFO TERCEIRO – A Assembleia Geral decidirá quanto à sanção aplicada ao associado infrator, que deverá ser comunicado por escrito desta decisão no prazo de 05(cinco) dias úteis da data da realização da referida Assembleia.

PARÁGRAFO QUARTO – Da decisão que decretar a sanção, caberá sempre recurso à Assembleia Geral especialmente convocada para estes fins, que poderá ser interposto no prazo de 05(cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da decisão pelo associado.

PARÁGRAFO QUINTO – O recurso interposto deverá ser apreciado na próxima reunião da Assembleia Geral, quando também deverá ser proferida decisão final.

PARÁGRAFO SEXTO – A exclusão de associado dar-se-á também a pedido do mesmo, através de carta ao Presidente.

Capitulo Quarto: RECEITAS E DESPESAS.

Art. 28 – A receita da Entidade advirá:

I – Da contribuição especial de qualquer pessoa, a titulo de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

II – Da contribuição mensal dos associados;

III – De verbas provenientes de subsídio oficial;

IV – De patrocínio do comércio local;

V – De campanha e outras atividades desenvolvidas para este fim;

Parágrafo Primeiro – Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometem de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade.

Parágrafo Segundo – Todas as doações serão analisadas pela Diretoria executiva que poderá aceita-la ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – Será garantido aos doadores que desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito ou por força judicial.

Art. 29 – As despesas da Entidade podem ser:

I – Despesas operacionais, tais como aluguel de bens, móveis e imóveis, compra de equipamentos discos, fitas, CD's e outros;

II – Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalação, a titulo de pró-labore;

Parágrafo Primeiro – A associação para desenvolver suas atividades, também contará serviços necessários no limite de suas possibilidades.

Parágrafo Segundo – A contratação de funcionários dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Parágrafo Terceiro – Os associados não responderam pelas obrigações sociais da Entidade.

Capitulo Quinto – DA PROGRAMAÇÃO MÍNIMA DA RÁDIO

Art. 30 – Minimamente, a aprovação da Rádio deverá constar de:

I – Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observada apenas adequações de horário na programação;

II – Reserva de espaço semanal para programação relativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnica definidas pelo direito de programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico.

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel de Carvalho
Tabelião Público



III – Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidário produzidos, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Rádio, por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da Lei.

IV – Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária de várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação do espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria.

Capítulo Sexto: DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 31 – A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão da AG convocada conforme o previsto no Art. 4º, parágrafo primeiro.

Parágrafo Primeiro – Ponto de pauta obrigatório na AG convocada para a dissolução da Entidade deverá se a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia.

Parágrafo Segundo – O patrimônio da Entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembleia.

Parágrafo Terceiro - Caso haja dívida na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no parágrafo 2º deste artigo.

Capítulo Sétimo: DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 32 – Os casos considerados omissos ou insolúveis serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Art. 33 - De sua própria conveniência a Diretoria usará de suas atribuições que lhe é de direito, reformar Estatuto, apresentar à Assembleia sua proposta de retificação, alteração ou exclusão de seu preceito.

Art. 34 - A Associação será dissolvida, por vontade dos associados, manifestada em Assembleia Geral, expressamente convocada para este fim.

Art. 35 - É proibida a remuneração dos integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como bonificação ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados.

Art. 36 – Manter intercâmbio com a ABRAÇO e outras entidades de radiodifusão comunitária existente no Brasil e/ou em outros países

Artigo 35 – Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, ouvindo os órgãos assistenciais e de fiscalização do associativismo.

Artigo 36 - A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração no seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Artigo 37 - O Presente Estatuto e seus artigos e capítulo, atendo aos fundamentos legais para seu perfeito intuito, de acordo com os princípios constitucionais,

Artigo 38 - Aprovado este estatuto pela Assembleia Geral de Alteração, será o mesmo averbado no Cartório de Pessoas Jurídica do Município de Garanhuns, Pernambuco. E entrará em vigor na data de sua aprovação.

Garanhuns, 02 de fevereiro de 2015.

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto
Presidente

Flauber Santos Oliveira
Secretário

Cartório do Terceiro Ofício de Notas - Garanhuns - PE
Rua Dantas Barreto, 23, Centro - Fone/Fax (87) 3762-0631

Reconheço a(s) firma(s) indicada(s) por semelhança
WALFREDO CARNEIRO CAVALCANTI NETO
Em 12 de março de 2015 às 16:32:09 horas, DOU-PE.
Em test2 da verdade. O Oficial: Renato de Melo Vasconcelos - Substituto Notarial
Serventia R\$ 3,29 P. judic. R\$ 0,66 Total R\$ 3,95
Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização.

REGISTRO ESPECIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Protocolo nº de ordem 10.159 Fls 79
Apresentado e registrado nesta data sob o nº 2.897
de Fls 182 do livro nº A05 Dou. fls.
Garanhuns 17 de Março de 2015
O Oficial de Registro Especial

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Ato Notarial ou de Registro

ANOREG-PE

ACT022849



Garanhuns, 20 de Março de 2015
Certifico que a presente foto-cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado Dou. Emolumentos R\$ _____ TSNR R\$ _____
Total R\$ _____ Lei nº 11.404/96

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Oficial

Dinias Souto Pedrosa
Registro de Imóveis, Hipotecas,
Títulos e Documentos Particulares
Fone: (87) 3761-0424
Rua Ary Barroso, nº 206 - Centro
Garanhuns - Pernambuco

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Oficial
Dinias Souto Pedrosa

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI – FM, PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO FISCAL E COMUNITÁRIO E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.

Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 15:00 (quinze) horas, reuniram-se na sede da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai, CNPJ Nº 02.130.537/0001-00, à Rua Capitão Pedro Rodrigues nº 155, Bairro São José, Garanhuns, Estado de Pernambuco, os associados em pleno gozo dos seus direitos sociais, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1 – eleição e posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário; 2 – Alteração do Estatuto Social; e, 3 – assuntos gerais.** Assumiu a Presidência da Assembleia o Sr. Osman Benício de Holanda Cavalcanti, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 990.129 SSP/PE e CPF. nº 137.171.204-25. Convidou os demais membros da Diretoria e os integrantes do Conselho Fiscal para fazerem parte da mesa e deu por aberta a sessão. Em seguida nomeou o Senhor Flauber Santos Oliveira, brasileiro, casado, supervisor, RG. nº 2647051 SSP/PB e CPF. nº 010.563.994-06, para secretariar a presente sessão. Em seguida, mandou o Secretário fizesse a leitura do Edital de Convocação com a ordem do dia a ser discutida e votada. Tomando a palavra com Presidente da Assembleia, esclareceu aos presentes que era necessário fazer algumas alterações no Estatuto Social, lembrou aos presentes que o estatuto tinha passado por algumas alterações e junho de 2002, mas ainda necessitava de alguns ajustes, para se enquadrar à Norma Complementar 01/2011, que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Lembrando o Presidente que o Ministério das Comunicações só aceita o Estatuto na íntegra, e neste ato de alteração, estamos consolidando as alterações feitas na Assembleia realizada em 08/06/2002. Em continuação, tendo sido devolvida a palavra a mim, Secretário, procedi a Leitura da ordem do dia e em seguida iniciei a leitura das alterações estatutárias propostas para a apreciação dos presentes e posterior aprovação, ficando assim a redação das Cláusulas alteradas: No Art. 2º das finalidades, inciso III incluímos a expressão Comunitária, ficando assim o inciso: **III – Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária** de acordo com o disposto neste estatuto, e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável. No capítulo Segundo – dos órgãos da Associação, organizamos os órgãos deliberativos em um só capítulo, e o Conselho Fiscal ganhou uma nova redação e incluímos a redação do Conselho Comunitário, que não existia no referido Estatuto. No Art. 6º, foi alterado o mandato na nova diretoria para 04 (quatro) anos. No Capítulo Terceiro – Dos direitos e deveres dos associados, foi totalmente reformado, atendendo o que consta no novo código civil, bem como a Norma 01/2011 que regulamenta o serviço de radio comunitária. No Capítulo Sétimo – Das disposições gerais e transitórias, também foram alterados os artigos, dando maior segurança jurídica aos associados. Tendo em vista as alterações proposta, o estatuto ganhou novos artigos, que passou de 31 artigos para 38. Os demais artigos permanecem inalterados. Finda a leitura da nova redação proposta para o Estatuto da Associação, tomando de volta a palavra o Sr. Presidente colocou em votação a propositura de Alteração de Estatuto, que recebeu aprovação da unanimidade dos presentes. Em seguida, o Sr. Presidente expôs aos presentes que em virtude do termino do mandato a frente da Diretoria, e como já foi relatado pelo Secretário, estamos convocando esta Assembleia para uma nova eleição para o quadriênio 2015 à 2019. Aproveito o momento para fazer os agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram com o sucesso da Associação. Tomando a palavra com Secretário, o Sr. Flauber Santos Oliveira, esclareceu que por consenso, foi apresentada uma chapa para dirigir a Associação

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

VALIDO SOMENTE
DE AUTENTICIDADE

OFÍCIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Dantas Barreto, 23 - Centro
Fone: (81) 3162-0641
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião

20 MAR. 2015



nos próximos quatro anos, e ressalva que a nova diretora eleita inicia seu mandato em 10 de fevereiro de 2015 e vai até 10 de fevereiro de 2019. Ficando assim composta a nova Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho Comunitário: **Presidente: Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto**, brasileiro, divorciado, empresário, RG. nº 5942098 e CPF. nº 036.583.754-77; **Vice-Presidente: Marusan Pelo de Melo**, brasileiro, casado, radialista, RG. nº 3349568 SSP/PE e CPF. nº 195.477.814-72; **Secretaria Geral: Flauber Santos Oliveira**, brasileiro, casado, supervisor, RG. nº 2647051 SSP/PB e CPF. nº 010.563.994-06; **Tesoureiro: Luiz Gonzaga de Melo Neto**, brasileiro, casado, microempresário, RG. nº 6396583 SDS/PE e CPF. nº 081.825.364-99; **Diretor de Operações: José Cícero dos Santos Alves**, brasileiro, casado, radialista, RG. nº 4127976 SSP/PE e CPF. nº 511.834.474-34; **Diretor de Cultura e de Comunicações: Durval Abílio Ramos Neto**, brasileiro, casado, radialista, RG. nº 4804823 SSP/PE e CPF. nº 020.054.244-39; **Diretor de Patrimônio João Bosco de Lucena**, brasileiro, casado, comerciante, RG. nº 1946966 SSP/PE e CPF. nº 723.405.594-04. Para o Conselho Fiscal: **Titulares: 1º Osman Benicio de Holanda Cavalcanti**, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 990.129 SSP/PE e CPF. nº 137.171.204-25; **2º Elisabete Cavalcanti da Silva**, brasileira, solteira, bióloga, RG. nº 4859206 SSP/PE e CPF. nº 706.793.554-72; **3º Saulo André Cavalcanti Viana**, brasileiro, casado, contador, RG. nº 5313414 SSP/PE e CPF. nº 025.790.924-98, Para o Conselho Fiscal: **Suplentes: 1º Fernando Alves Duarte**, brasileiro, casado, funcionário público, RG. nº 1041013 SSP/PE e CPF. nº 100.187.354-87 **2º Severino Barbosa da Silva**, brasileiro, casado, comerciante, RG. nº 120043 SSP/PE e CPF. nº 100.116.684-15; **3º Ana Cristina Caldeiro de Holanda Carvalho**, brasileira, divorciada, advogada, RG. nº 4643796 SSP/PE e CPF. nº 989.345.894-34 Para o **Conselho Comunitário: 1º ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SITIO CAGADO**, CNPJ. 00.913.987/0001-35. Neste ato sendo representado pelo Sr. José Sandro Barbosa da Silva, brasileiro, casado, agricultor, RG. nº 7.707.829 SSP/PE e CPF. nº 067.555.034-36; **2º ENTIDADE: SETE DE SETEMBRO ESPORTE CLUBE**, CNPJ. 11.467.891/0001-07. Neste ato sendo representado pelo seu Presidente, o Sr Nilton Soares Ayres, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 3251714 SSP/PE e CPF. nº 708.948.764-49; **3º ENTIDADE: ACIAGAM - ASSOCIAÇÃO DO COMERCIO DA INDUSTRIA E AGROINDUSTRIAL DE GARANHUNS E AGRESTE MERIDIONAL**, CNPJ. 05.426.873/0001-84. Neste ato sendo representado pelo seu Presidente, o Sr. Jefferson Pessoa de Andrade Júnior, brasileiro, solteiro, administrador, RG. nº 5.398.905 SSP/PE e CPF. nº 007.670.324-03; **4º ENTIDADE: COLÉGIO DIOCESANO DE GARANHUNS**, CNPJ. 10.233.930/0001-49. Neste ato sendo representado pelo Sr. Albérico Luiz Fernandes Vilela, brasileiro, casado, professor, RG. nº 1.501.025 SSP/PE e CPF. 137.137.444-9; **5º ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO TEMPO**, CNPJ. 10.849.829/0001-17. Neste ato sendo representado pelo seu Presidente, o Sr. José Luis da Silva Júnior, brasileiro, casado, radialista, RG. nº 5543579 SSP/PE e CPF. nº 025.012.684-23. O qual foi aprovado por unanimidade. Por fim o Sr. Presidente deu por empossado a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e Comunitário, que terá um mandato de 04 anos. E, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, de qual eu, Elisabete Cavalcanti da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada vai assinada por mim, e pelo Presidente da Diretoria. Está conforme o próprio livro original; dou fé. Garanhuns, 02 de fevereiro de 2015.

DO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Fone/Fax (87) 3762-0631
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público



Flauber Santos Oliveira – Secretário

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto – Presidente

Cartório do Terceiro Ofício de Notas - Garanhuns - PE
Rua Dantas Barreto, 23, Centro - Fone/Fax (87) 3762-0631

Reconheço a(s) firma(s) indicada(s) por semelhança
WALFREDO CARNEIRO CAVALCANTI NETO
Em 16 de março de 2015 às 15:28:19 horas, DOU FE.
Em test. da verdade, O Oficial
Raimundo Miguel França de Carvalho - Tabelião Público
Serventia R\$ 3,29 P. Judicial R\$ 0,85 Total R\$ 3,95
Válido somente com selo de autenticação

Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público



Marusan Pelo de Melo

Marusan Pelo de Melo – Vice-presidente
Cpf. 195.477.814-72

Luiz Gonzaga de Melo Neto

Luiz Gonzaga de Melo Neto – Tesoureiro
Cpf. 081.825.364-99

José Cícero dos Santos Alves

José Cícero dos Santos Alves – Diretor de Operações
Cpf. 511.834.474-34

Durval Abílio Ramos Neto

Durval Abílio Ramos Neto – Diretor de Cultura e de Comunicações
Cpf. 020.054.244-39

João Bosco de Lucena

João Bosco de Lucena – Diretor de Patrimônio
Cpf. 723.405.594-04

CONSELHO FISCAL

Osman Benício de Holanda Cavalcanti

Osman Benício de Holanda Cavalcanti
Cpf. 137.171.204-25

Elisabete Cavalcanti da Silva

Elisabete Cavalcanti da Silva
Cpf. 706.793.554-72

Saulo André Cavalcanti Viana

Saulo André Cavalcanti Viana
Cpf. 025.790.924-98

Oficial
Olimas Santo Pedrosa
Registro de Imóveis, Hipotecas,
Títulos e Documentos Particulares
Fone: (37) 3781-6424
Rua Ary Barroso, nº 208 - Centro
Garanhuns - Pernambuco

VÁLID
DE AL
O CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Dentias Barreto, 23 - Centro

LCARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Dentias Barreto, 23 - Centro
Fone: (37) 3781-6424
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião



Cartório do 3º Ofício de Notas
de Garanhuns - PE
Raimundo Miguel França de Carvalho
Tabelião Público

ANOREG-PE
ACT022848

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO
Ato Notarial
ou de Registro

REGISTRO ESPECIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Protocolo nº 10.158 Fls. 17
182 17
Ato Notarial
O Oficial de Registro Especial
19 2896
A05 7415
Dou. 15

Oficial
Olimas Santo Pedrosa
Registro de Imóveis, Hipotecas,
Títulos e Documentos Particulares
Fone: (37) 3781-6424
Rua Ary Barroso, nº 208 - Centro
Garanhuns - Pernambuco



CERTIDÃO DE CASAMENTO

074328 01 55 2009 2 00087 111 0001911 73

sob regime de **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS**

Ela nasceu em Caruaru-PE aos 30 de novembro de 1981 filha de José Felipe dos Santos e Maria de Fátima Silva Santos.

Ela passa a usar o nome de Bruna Priscila Silva Santos Cavalcanti

Conforme escritura pública lavrada aos 11.10.2011 no livro 267, às folhas 182/184 do 2º Ofício de Notas e Protestos desta Cidade de Garanhuns-PE convencionaram os cônjuges acima o **DIVÓRCIO DIRETO**, voltando a mulher a usar o nome de solteira: Bruna Priscila Silva Santos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

SELO
Autenticidade
e Fiscalização



ANOREG-PR

CERTIDÃO

ADB006460

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE E
FISCALIZAÇÃO

20/10/2011

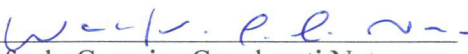
Valdina Ferreira Freitas
01 **Oficial**



DECLARAÇÃO

Eu, **Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto**, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que a Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação com outra Entidade, mediante compromissos e/ou relações financeiras, familiares, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Garanhuns, 25 de março de 2015


Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto
Presidente
CPF. Nº 036.583.754-77

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
CNPJ. 02.130.527/0001-00
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE
CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



DECLARAÇÃO

Eu, **Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto**, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação.

Garanhuns, 25 de março de 2015

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto
Presidente
CPF. Nº 036.583.754-77

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
CNPJ. 02.130.527/0001-00
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE
CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



DECLARAÇÃO

Eu, **Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto**, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que: A entidade não tem como integrante no seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Garanhuns, 25 de março de 2015

Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto

Presidente

CPF. Nº 036.583.754-77


ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
CNPJ. 02.130.527/0001-00
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE
CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209

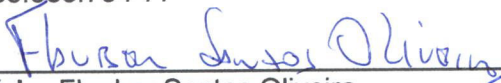


DECLARAÇÃO

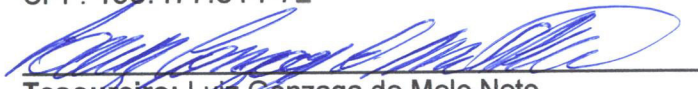
Nós, na qualidade de dirigente da Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

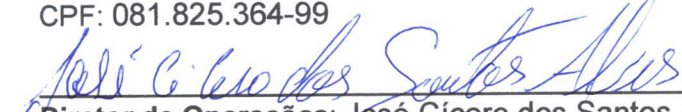
Garanhuns, 25 de março de 2015


Presidente: Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto
CPF: 036.583.754-77



Secretário: Flaubert Santos Oliveira
CPF: 010.563.994-06


Vice-Presidente: Marusan Pelo de Melo
CPF: 195.477.814-72


Tesoureiro: Luiz Gonzaga de Melo Neto
CPF: 081.825.364-99


Diretor de Operações: José Cícero dos Santos Alves
CPF: 511.834.474-34


Diretor de Cultura e de Comunicações: Durval Abílio Ramos Neto
CPF: 020.054.244-39


Diretor de Patrimônio: João Bosco de Lucena
CPF: 723.405.594-04

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

CNPJ. 02.130.527/0001-00

Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155, Bairro São José Garanhuns- PE

CEP 55.294-310 FONE: (87) 3763-1209



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 036.583.754-77

Nome da Pessoa Física: WOLFREDO CARNEIRO CAVALCANTI NETO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:40:56** do dia **20/03/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **57CE.C85F.15D0.7C12**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
FLAUBER SANTOS OLIVEIRA

Nº de Inscrição
010563994-06

Data do Nascimento
23/11/82



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **2.647.051** DATA DE EXPEDIÇÃO **05.05.1999**

NOME **FLAUBER SANTOS OLIVEIRA**

FILIAÇÃO **Flávio José Torres de Oliveira**
Selma Maria Santos Oliveira

NATURALIDADE **Campina Grande PB** DATA DE NASCIMENTO **23.11.1982**

DOC ORIGEM **cert. 51084-fls. 063v. liv. A-45**
1ª cart. Campina Grande PB.

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

GARANHUNS - PC
27 FEB 2015
02471
José Antônio de Jesus Santos
2º Ofício de Notas e Protestos
Assinatura: C. Belo
Cópia
me foi apresentado. Dou fé
e a reprodução fiel do original que
foi feita.
Emolumentos R\$ 2,51 TSMR R\$ 0,56.
Total R\$ 3,07 - Lei n 11.404/96.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
ANDRE CARNE
BRY011248

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Assinatura
Flauber Santos Oliveira

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Emite em : 12/07/99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI. P3

Assinatura do Titular
Flauber S. Oliveira

Foto

Impressão



República Federativa do Brasil

ESTADO DE PERNAMBUCO

Primeira Zona Judiciária da Comarca de Garanhuns

Firma no: 115 Cartório de Notas

Antigo Tabelionato Veiga

Rua Libano Bedard

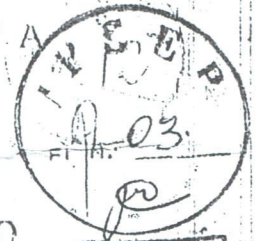
Garanhuns - Pernambuco

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Gildo Oliveira Mota
Oficial
Valdira Ferreira Freitas
(Escrivente)
1ª Zona do Distrito
Garanhuns - Pernambuco

GILDO OLIVEIRA MOTA
(OFICIAL DO REGISTRO CIVIL)

VALDIRA FERREIRA FREITAS
(ESCRIVENTE)

CERTIDÃO DE CASAMENTO



M.C.T.N.
20554-0

Livro = B-52 =

Folhas = 45 =

Térmo = 51 =

CERTIFICO que do livro, folhas e termo supra citados, no Cartório a meu cargo, consta o CASAMENTO de:

MARUSAN PELO DE MELO, e MARIA DE FÁTIMA DE CASTRO TEMOTEO, a qual após o casamento passou a adotar o nome de MARIA DE FÁTIMA TEMOTEO DE MELO.

efetuado em data de : 08 de junho de 1977.

Ele é filho de Nilo Pelo de Melo.

e de dona Edeilda Ferreira de Melo.

nascido em Jangadinha - Pirapó - Apucarana - Paraná

no dia =vinte e oito de março de mil novecentos e cinquenta e sete

de profissão Tipógrafo. domiciliado e residente

nesta Cidade.

Ela é filha de Joaquim Temoteo da Silva.

e de dona Cleonice de Castro Temoteo.

nascida em Garanhuns - Pernambuco.

no dia =vinte e seis de julho de mil novecentos e cinquenta e cinco

de profissão Auxiliar de Escrita. domiciliada e residente

nesta Cidade.

O ato foi celebrado pelo Dr. Aurélio Muniz Freire, Juiz de Direito e dos Casamentos desta Comarca.

Serviram de Testemunhas Lucio Ferreira Duarte.

e Maria Aurea Costa Silva.

O Casamento foi celebrado pelo regime da COMUNHÃO de Bens

Observações :



O referido é verdade do que dou fé.

V.F.F.

Garanhuns, 31 de julho de 1977

Oficial do Registro Civil

Registro Civil e Tabelionato

Guaranases - São Paulo - Capital

Firma no Cartório

Firma no Cartório

de Subdistrito N. Senhora do Ó

Rua Bonifácio Cubas, 571

São Paulo - Capital



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 195.477.814-72

Nome da Pessoa Física: MARUSAN PELO DE MELO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:44:07**: do dia **20/03/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **1D16.24E4.9AFE.6956**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

Luiz Gonzaga de Melo Neto
Jéssica Aryovalda Leotides de Lima e Silva

MATRÍCULA:

0757960155 2012 2 00041 331 0012831 45

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CÔNJUGES

Ele, brasileiro, nascido em Garanhuns-PE aos onze de julho de mil novecentos e oitenta e oito, filho de Luiz Gonzaga de Melo Junior e Rita de Cássia Cavalcanti de Melo

Ela, brasileira, nascida em Garanhuns -PE aos três de fevereiro de mil novecentos e oitenta e nove, filha de José Neto de Lima e Aryovalda Leotides de Lima

DATA DE REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)

Vinte e três de novembro de dois mil e doze

DIA

23

MÊS

11

ANO

2012

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVE ALTERAÇÃO)

Jéssica Aryovalda Leotides de Lima e Silva Melo

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Cartório da 2ª Zona Judiciária
 Maria do Socorro Barros Tenório
 Garanhuns, Pernambuco
 Rua Treze de Maio, 58, Santo Antonio.
 CEP: 55295-040 Tel 3761-4522
 Tel. 3761 4522

O Conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou fé
 Garanhuns- PE 23 de novembro de 2012

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 SELO
 Autenticidade
 Fiscalização



CERTIDÃO
 ADG070542





Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 081.825.364-99

Nome da Pessoa Física: LUIZ GONZAGA DE MELO NETO

Situação Cadastral: REGULAR

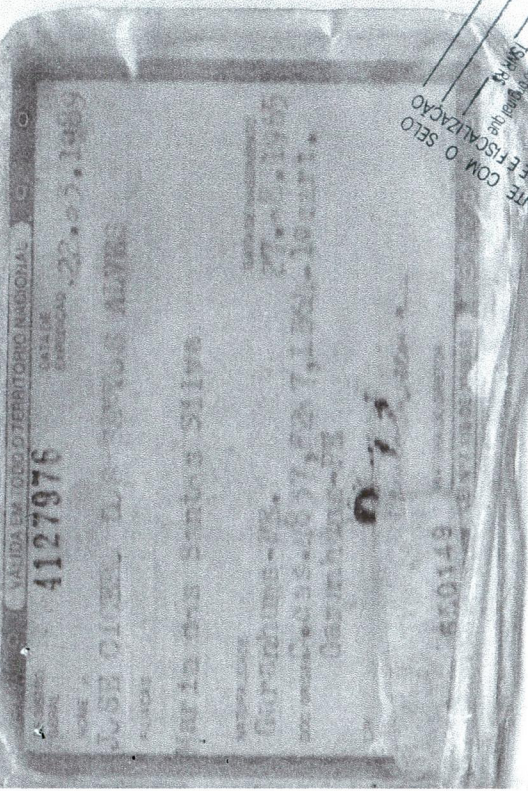
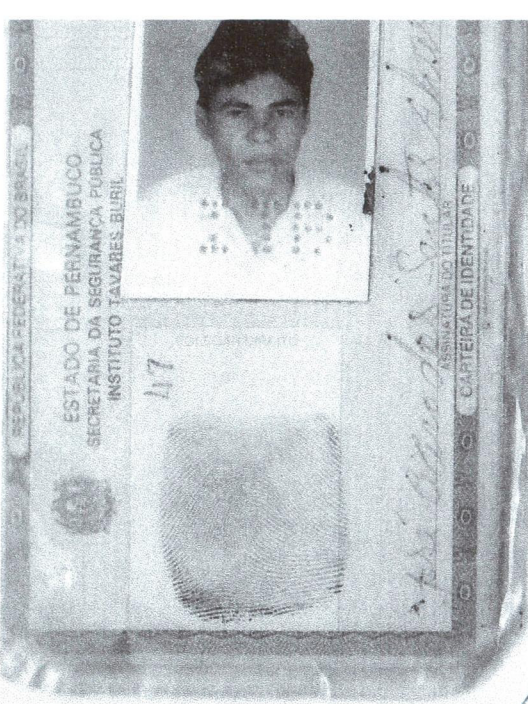
Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:45:47** do dia **20/03/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **4732.06D0.06A3.74EE**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.





Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 511.834.474-34

Nome da Pessoa Física: JOSE CICERO DOS SANTOS ALVES

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:47:20** do dia **20/03/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **B134.A1EE.E72F.B886**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

REGISTRO GERAL 4.804.823 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/07/2005
 VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 NOME DURVAL ABILIO RAMOS NETO
 FILIAÇÃO JOSENETILDO ABILIO RAMOS
 MARIA INEZ DE ARAUJO RAMOS
 NATURALIDADE ITABERA-PE
 DOC ORIGEM C.N.A.S. 39.1.25.F.15.V.184.
 DATA DE NASCIMENTO 29/05/1975
 CPF
 Cart. de Itabera-PE
 ASSINATURA DO DIRETOR BELA Eliane Caldas Lira
 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

02R-23
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE PERNAMBUCO
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO TAVARES BURIL
 ASSINATURA DO TITULAR
 DURVAL Abilio Ramos Neto
 Fingerprint

PE CARTÓRIO JACOBINA
 2º Ofício de Notas e Protesto
 José Alberto Paes dos Santos
 Tabelião em Exercício
 26 FEV 2015
 GARANHUNS - PE 02471
 Almir Belo
 Certifico que a presente foto-cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.
 Emolumentos R\$ 2,81 TSNR R\$ 0,56.
 Total R\$ 3,37 - Lei n. 11.404/96.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Selo de Autenticação e Fiscalização
 ANDRÉ DE
 AUTENTICAÇÃO
 BRY010851

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
 DURVAL ABILIO RAMOS NETO
 DURVAL ABILIO RAMOS NETO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 Emitido em : 21/12/93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
 DURVAL ABILIO RAMOS NETO

Nº de inscrição
 020054244-39

Data do Nascimento
 29/05/75

Barcode

EM BRANCO

(CÉDULA DE IDENTIDADE)

47.

POLÍCIA DIREITO

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

BR 0995595

11 MAR 2015

Cartão que a presente foto-cópia é a reprodução fiel do original, emitido pelo Departamento de Identificação da Polícia Federal.

Cartório do 3º Ofício de Notas - Pernambuco - PE

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO - GERAL

1.946.966

NOME JOÃO BOSCO DE LUCENA

ALIAÇÃO José Saturnino de Lucena e Cleonice Soares de Lucena

Caruaru-PE

DATA DO NASCIMENTO 28.08.58

RECIFE-PE

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO

732405594 04

NOME COMPLETO

João Bosco de Lucena

NASCIMENTO

28.08.58

ASSINATURA

TERA VALIDADE SOMENTE COM A PRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROVENIENTE DA UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

001/1261-07

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

25/10/88

BANCO DO BRASIL

Correntes (PE)

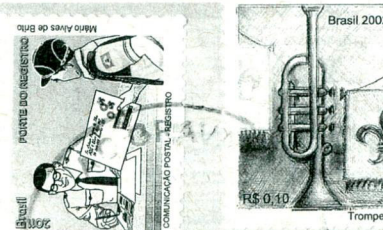
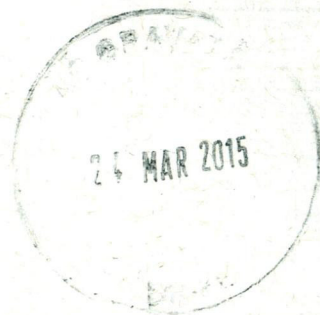
44070/2393

Ma. do Carmo M. e S. Medeiros

6833139-8

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SRF



24 MAR 2015



24 MAR 2015

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SER. DE COMUNICAÇÃO ELETRONICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA
ENDEREÇO: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R,
3º ANDAR - BRASÍLIA - DF - CEP: 70044-900



social, com o objetivo de nomear os sócios Aildo Rodrigues Ferreira e Dermeval Alves Silva para o cargo de gerente da entidade; e consolidar o contrato social.(50830.001570/83).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(911-6 - 08.11.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.034, DE 8 DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo nº 53830.00111/98).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(910-8 - 07.11.2002 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.079, DE 9 DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, resolve:

Autorizar a ABC FM Stereo Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, a efetuar alteração de seu contrato social, com o objetivo de transferir 8.000 (oito mil) cotas do sócio Antônio Constantino Netto, para o sócio Luiz Fernando Pereira Constantino; alterar a atual denominação social para Energia 97 FM Ltda.; mudar o endereço da sede da entidade para a Avenida Paulista, nº 1.439, 9º andar, bairro Cerqueira César, CEP: 01311-200, na cidade de São Paulo/SP; consolidar o contrato social nos termos da minuta apresentada no processo. Aprovar o quadro societário da entidade. (Proc. 29100.172250/83).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(861-7 - 28.10.2002 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.085, DE 10 DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, resolve:

Autorizar a Rádio Regência FM Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lins, Estado de São Paulo, a efetuar alteração de seu contrato social, com o objetivo de transferir 300 cotas de Ana Lúcia Moraes Figueiredo para o sócio entrante Marcelo Derminio. Aprovar o quadro societário da entidade. (29100.001255/87).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(827-7 - 31.10.2002 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.086, DE 10 DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, resolve:

Autorizar a Fundação Vértices, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, a efetuar alteração de seu estatuto social, com o objetivo de reeleger os sócios Teresa Ana Sofiatti, Maria Alba Leite, Aurea de Almeida Nascimento e Luiz Carlos Duarte de Souza para os cargos, respectivamente, de Diretora Presidente, Diretora Vice-Presidente, Primeira Tesoureira e Primeiro Secretário da entidade; nomear as sócias Maria Auxiliadora de Castilho e Luciana Lopes Alves para ocuparem respectivamente, os cargos de Segunda Tesoureira e Segunda Secretária da entidade. Aprovar o quadro diretivo da entidade. (50830.001547/93).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(828-5 - 28.10.2002 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.347, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Ubaense de Educação e Cultura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo nº 53000.003879/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(578-2 - 12.11.02 - 95,23)

PORTARIAS DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
2416	53710.001417/00	Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia MG (AMACOR)	Cordislândia/MG
2417	53103.000364/01	Associação Cultural Comunitária de Jucati	Jucati/PE
2418	53103.000511/00	Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante - PE	Verdejante/PE
2419	53103.000005/99	Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira	Primavera/PE

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
2420	53720.000804/01	Associação Comunitária de Santa Amaro - ACSA	Santo Amaro do Maranhão/MA
2421	53103.000840/98	Associação Miriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros	Bezerros/PE
2422	53103.000596/98	Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - ACECAL	Abreu e Lima/PE
2423	53670.000508/01	Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Cabeceiras GO - ACERC	Cabeceiras/GO

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
2424	53670.000145/99	Associação Comunitária de Campos Verdes - GO	Campos Verdes/GO
2425	53650.002398/98	Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho	Crato/CE
2426	53680.000831/98	Fundação Maria de Jesus Pessoa	Chapadinha/MA
2427	53710.001589/98	Associação Comunitária Cultural Carmelitana	Monte Carmelo/MG

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
2428	53840.000667/98	Centro Comunitário José Batalha de Góis - CECBGOIS	São Cristóvão/SE
2429	53103.000318/99	Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM	Garanhuns/PE
2430	53640.001640/98	Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo	Macaíba/BA
2431	53670.001784/01	Associação Vale Teles Pires de Comunicação - AVATEPIC	Sinop/MT

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
2432	53830.002332/98	Associação Cultural e Comunitária "Semente de Amor e Fé"	Guarulhos/SP
2433	53690.000836/98	Associação Comunitária Camponense de Radiodifusão	Campo Novo do Parecis/MT
2434	53710.000782/99	Associação Comunitária Cultural Felizburguense de Radiodifusão	Felizburgo/MG
2435	53820.000930/98	Rádio Comunitária Pinhalzinho FM	Pinhalzinho/SC

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
2438	53103.000066/00	Associação Comunitária de Radiodifusão Atividade de Sirinhaém	Sirinhaém/PE

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(Of. El. nº 502/02/SE/MC)

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 21 de novembro de 2002

Processo no 29100.001110/90. Adoto o Parecer CONJUR no 2.309/2002, e defiro o pedido formulado pela Emissora do Planalto Ltda., executante de serviços de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, autorizando que a entidade nomeie Wellington Silva Jardim procurador da entidade, com poderes de administração e gerência, cujo mandato expira-se em 28 de junho de 2004, proceda alteração contratual para modificação do seu quadro diretivo, passando a sociedade a ser administrada por Paulo Roberto Pavan e Enide de Luca Pavan, na qualidade de gerentes e consolidação do contrato social nos termos da minuta apresentada, condicionando a eficácia deste ato à aprovação, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, da transferência indireta de concessão de que trata a Exposição de Motivos nº 1474, de 21 de novembro de 2002.

Processo no 29116.000246/90. Adoto o Parecer CONJUR no 2.318/2002, e defiro o pedido formulado pela TV Itapicuru Ltda., executante de serviços de radiodifusão de sons e imagens, nas cidades de Codó e Santa Inês, no Estado do Maranhão, autorizando que a entidade proceda alteração contratual promover a mudança do endereço de sua sede, criação de 2 (dois) escritórios de representação nas cidades de Timon e Caxias, no Estado do Maranhão, modificação do seu quadro diretivo, passando a sociedade a ser administrada por Teresa Cristina Murad Sarney, na qualidade de diretora gerente executiva e consolidação do contrato social nos termos da minuta apresentada, condicionando a eficácia deste ato à aprovação, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, da transferência indireta

de concessão de que trata a Exposição de Motivos nº 1473, de 21 de novembro de 2002.

Processo no 53740.000641/02. Adoto o Parecer CONJUR no 2.247/2002, e defiro o pedido formulado pela Rádio Cacique de Guarapuava Ltda., executante de serviços de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarapuava, no Estado do Paraná, autorizando que a entidade proceda alteração contratual para modificação do seu quadro diretivo, passando a sociedade a ser administrada por Alberto Reich, na qualidade de gerente e consolidação do contrato social nos termos da minuta apresentada, condicionando a eficácia deste ato à aprovação, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, da transferência indireta

de concessão de que trata a Exposição de Motivos nº 1472, de 21 de novembro de 2002.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria no 1834, de 12 de setembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de outubro de 2002, Seção 1, página 171, onde se lê: serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, leia-se: serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.

Na Portaria no 1841, de 12 de setembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de outubro de 2002, Seção 1, página 90, onde se lê: Processo no 53790.001024/97, leia-se: Processo no 53790.000568/1997.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.015755/2015 Localidade / UF: GARANHUNS/PE
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MONTE SINAI FM
Aviso: 6 Publicação: 17/12/1999 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Durval Abílio Ramos Neto	020.054.244-39	Diretor Cultural	02/02/2015 02/02/2019	
Luiz Gonzaga de Melo Neto	081.825.364-99	Tesoureiro	02/02/2015 02/02/2019	
Marusan Pelo de Melo	195.477.814-72	Vice-Presidente	02/02/2015 02/02/2019	
WALFREDO CARNEIRO CAVALCANTI NETO	036.583.754-77	Presidente	02/02/2015 02/02/2019	(87) 88466501 (87) 37615113
José Cícero dos Santos Alves	511.834.474-34	Diretor de Operações	02/02/2015 02/02/2019	
Flauber Santos Oliveira	010.563.994-06	Secretário	02/02/2015 02/02/2019	
João Bosco de Lucena	732.405.594-04	Diretor de Patrimônio	02/02/2015 02/02/2019	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 4 (Ofício 02/2015 SEI 0444317).
- 2) Estatuto Social: fls. 8 a 16 (Ofício 02/2015 SEI 0444317).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: arts. 1º e 2º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 23;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 25;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 25;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 7º;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 9º;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 6º;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 21 e 22.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 17 a 19 (Ofício 02/2015 SEI 0444317).
Presidente: Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto;
Vice-Presidente: Marusan Pelo de Melo;
Secretário(a) Geral: Flauber Santos Oliveira;
Tesoureiro(a): Luiz Gonzaga de Melo Neto;
Diretor(a) de Operações: José Cícero dos Santos Alves;
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Durval Abílio Ramos Neto;
Diretor(a) de Patrimônio: João Bosco de Lucena.
- 4) Comprovações de maioria e nacionalidade: fls. 14, 20, 21, 23, 25, 27 e 28 (Ofício 01/2015 SEI 0444279).
- 5) CNPJ: fl. 7 (Ofício 02/2015 SEI 0444317).
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 6 (Ofício 02/2015 SEI 0444317).
- 7) Declaração de conformidade: fl. 5 (Ofício 02/2015 SEI 0444317).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 22 a 26 (Ofício 02/2015 SEI 0444317).

***CONCLUSÕES:

- Foi realizada pesquisa de vínculo político em relação aos dirigentes e não foi verificada irregularidade.
- O Processo foi corretamente instruído.
- Será elaborado Memorando solicitando informações à Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 3877/2015/SEI-MC

Brasília, 04 de novembro de 2015

AO COORDENADOR-GERAL DE ACOMPANHAMENTO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: 53900.015755/2015-16.

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**, autorizada para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Garanhuns**, estado de **Pernambuco**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/11/2015, às 16:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0800905** e o código CRC **A0FEEBE3**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PE
Município: Garanhuns
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Garanhuns
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MONTE SINAI FM
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA CAPITAO PEDRO RODRIGUES, 155 - SAO JOSE
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)

CNPJ: 02.130.537/0001-00
Bairro: SAO JOSE
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02130537000100

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MONTE SINAI FM
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 55290000
Número: .
Município: Garanhuns
Telefone:

Logradouro: RUA CAPITAO PEDRO RODRIGUES, 155 - SAO JOSE
Complemento:
Distrito: Garanhuns
Bairro: SAO JOSE
SubDistrito:
Fax:

UF: PE

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 55290000
Número: 155
Município: Garanhuns

Logradouro: RUA CAPITÃO PEDRO RODRIGUES
Complemento:
Distrito:
Bairro: SÃO JOSE
SubDistrito:

UF: PE

Telefone:

Fax:

E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação
Contrato/Convênio: 27/04/2005

Data Limite Instalação: 27/04/2008

Número do Processo: 531030003181999

Fistel: 50012847402

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	2429		Portaria	MC	21/11/2002	25/11/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	36849		ATO	SCM	10/06/2003	12/06/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	320		Decreto Legislativo	CN	26/04/2005	27/04/2005	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	52162		ATO	CMPRL	15/08/2005	16/08/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	226		Despacho	MC	30/03/2009	25/06/2009	Advertência	Jur.
	1030		Portaria	MC	18/11/2013	19/11/2013	Multa	Jur.

Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MONTE SINAI FM - CNPJ/CPF
(02.130.537/0001-00)
Município/UF: GARANHUNS/PE
Indicativo: ZYL830

Situação: Entidade devedora
(Bloqueada)
Canal: 200

Dia Início**Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

05:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHOProcesso nº: **53900.015755/2015-16**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**

Em atenção ao Memorando nº 3877/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e/ou no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	<u>53900.017141/2014</u>	<ul style="list-style-type: none">Em trâmite;Processo em apuração.
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	<u>53000.036081/2011</u>	<ul style="list-style-type: none">PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0832380);Portaria nº 1030, de 18/11/2013, publicada no Diário Oficial da União de 19/11/2013 - MULTA;Infração: Transmissão de publicidade ou propaganda comercial a qualquer título; Alteração das características constantes da Licença para Funcionamento de Estação, sem observância das formalidades estabelecidas (data de ocorrência: 03/07/2011).
Registros de PAIs concluídos		<ul style="list-style-type: none">PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0832380);Despacho nº 226, de 30/03/2009 - ADVERTÊNCIA;

(relação de antecedentes no SRD*)	53000.005431/2006	<ul style="list-style-type: none"> Infração: Alteração das características constantes da Licença para Funcionamento de Estação, sem observância das formalidades estabelecidas (data de ocorrência: 06/10/2005).
-----------------------------------	-------------------	---

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 23/11/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0832399** e o código CRC **64B94D66**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo

nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a

entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das

Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a

ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			
--	-------------------	--	--	--

		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta

Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MONTE SINAI FM
CNPJ: 02.130.537/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:36:45 do dia 25/11/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/12/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 26397/2015/SEI-MC

Processo nº: **53900.015755/2015-16.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Garanhuns**, estado de **Pernambuco**, por meio da Portaria nº 2429, publicada no DOU de 25/11/2002, e Decreto Legislativo nº 320, publicado no DOU de 27/4/2005.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 27/4/2015. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 24/3/2015, à fl. 1 do Ofício 02/2015 SEI 0444317, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do art. 131 Norma nº 01/2015, aprovada pela Portaria nº 4334/2015.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM

QUADRO DIRETIVO
Presidente: Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto;
Vice-Presidente: Marusan Pelo de Melo;
Secretário(a) Geral: Flauber Santos Oliveira;
Tesoureiro(a): Luiz Gonzaga de Melo Neto;
Diretor(a) de Operações: José Cícero dos Santos Alves;
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Durval Abílio Ramos Neto;
Diretor(a) de Patrimônio: João Bosco de Lucena.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2015.	Ok, fls. 8 a 16 (Ofício 02/2015 SEI 0444317)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 17 a 19 (Ofício 02/2015 SEI 0444317)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 14, 20, 21, 23, 25, 27 e 28 (Ofício 01/2015 SEI 0444279)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fl. 5 (Ofício 02/2015 SEI 0444317)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, Certidões SIGEC SEI 0845440
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, fl. 7 (Ofício 02/2015 SEI 0444317)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, fls. 22 a 26 (Ofício 02/2015 SEI 0444317)

4. Ressalta-se que, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, Despacho Interno SEI 0832399, não existem processos de apuração de infração atribuídos para a entidade que impliquem em reincidência em intervalo menor que um ano para mesma infração, o que poderia ensejar revogação de outorga, nos termos do art. 38, III do Decreto nº 2.615/98.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC (0845428).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Garanhuns/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 25/11/2015, às 11:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/12/2015, às 15:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 18/12/2015, às 10:39, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/02/2016, às 11:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0845468** e o código CRC **EFA0FCA7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.015755/2015-16**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53900.015755/2015-16 (ver documento 0845468), no qual a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Garanhuns / PE**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/02/2016, às 14:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0985190** e o código CRC **4E587E05**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de

Garanhuns/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000318/1999 e nº 53900.015755/2015-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 767/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000318/1999 e nº 53900.015755/2015-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0990330** e o código CRC **0BF0A3DE**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Garanhuns/PE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0990334** e o código CRC **722AF2F8**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16898/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)
Walfredo Carneiro Cavalcanti Neto
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM
Rua Capitão Pedro Rodrigues, 155 - Bairro São José
55294-310 - Garanhuns/PE

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53900.015755/2015-16.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 767, de 09 de maio de 2016.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1131146** e o código CRC **89621E0C**.



001-9

00198.41808 50000.000005 03933.428215 9 68120000018222

Cedente PR - Imprensa Nacional		Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000003933428
Número do documento 4	CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00	Vencimento 01/06/2016			Valor documento 182,22	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	
Sacado ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM Garanhuns, PE - CEP: -						

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.
Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3933428 enviado em 12/05/2016

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 03933.428215 9 68120000018222

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 01/06/2016	
Cedente PR - Imprensa Nacional					Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X	
Data do documento 12/05/2016	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 12/05/2016	Nosso número 00000000003933428	
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 182,22	(=) Valor documento 182,22	
Instruções Após vencimento, este boleto perde a validade. . Referente a publicação do ofício 3933428 enviado em 12/05/2016					(-) Desconto / Abatimento	
					(-) Outras deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros acréscimos	
					(=) Valor cobrado	
Sacado ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM Garanhuns, PE - CEP: -						
					Cód. baixa	

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 757, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067938/2013-07 e nº 53670.000245/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ - DESENVOLVIMENTO DE SIMOLÂNDIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Simolândia / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 759, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056615/2011-18 e nº 53630.000221/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRO EDUCACIONAL LAR CRISTO REI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Borba/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 762, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057440/2011-66 e nº 53760.000397/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO ASSOCIADAS FM DA CIDADE DE SANTA FILOMENA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Filomena/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 767, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000318/1999 e nº 53900.015755/2015-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 776, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.011716/2013-21 e nº 53710.001079/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E PRODUÇÃO DE RÁDIOFUSÃO DO BAIRRO CIDADE NOVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Belo Horizonte / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 779, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.000545/2014-42 e nº 53710.001727/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE ABAETÉ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Abaeté / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 785, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052601/2012-14 e nº 53830.001755/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ OPERÁRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Matão / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 789, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.030840/2012-13 e nº 53830.001725/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de junho de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCADORA CAMPO VERDE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Iacanga / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 866, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061974/2013-59 e nº 53740.000871/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE RIO BONITO DO IGUAÇU - ACCARBI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Bonito do Iguaçu / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 877, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.017596/2013-76 e nº 53740.002024/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA GAROPABENSE DE COMUNICAÇÕES, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Garopaba/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 895, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000207/1999 e nº 53900.017745/2014-34, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL DE TONANTINS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tonantins/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 896, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001577/1998 e nº 53900.017321/2015-51, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de julho de 2015, a autorização outorgada ao CONSELHO COMUNITÁRIO DE ARRAIAL D'AJUDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Porto Seguro/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

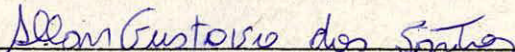


ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 897, DE 10 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.002403/1998 e nº 53900.041566/2015-07, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada ao CENTRO COMUNITÁRIO DE RÁDIOFUSÃO DE SANTA QUITÉRIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Quitéria/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC Of. nº 16898/2016/SEI-MC, 12/05/2016 53900.015755/2015-16	
ENDEREÇO / ADRES:		WALFREDO CARNEIRO CAVALCANTI NETO ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM RUA CAPITÃO PEDRO RODRIGUES, 155 - BAIRRO SÃO JOSÉ 55294-310 GARANHUNS/PE	
CEP / CODE POSTAL			
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	
 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR ALAN SANTOS		31/05/16 	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

**AVISO DE
RECEBIMENTO****AR****AVIS CN07**

JO 39170555 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO

RETOUR

NO

EN

CII

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica****Departamento de Outorga de Serviços****Esplanada dos Ministérios, Bloco R,****Ed. Anexo Ala Oeste sala 300****70044-900****Brasília-DF**

UF

BRASIL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.015755/2015-16**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/06/2016, às 15:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1187851** e o código CRC **027A62FD**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Garanhuns/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Data de Envio:

05/07/2016 15:01:23

De:

MC/CORAC (SEI-MC) <corac.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

aparecida.teixeira@comunicacoes.gov.br

Assunto:

Portaria

Mensagem:

Prezada,

Conforme solicitado, segue a Portaria de Renovação de Outorga.

Atenciosamente,

Luciana Pimentel Chaves
Analista/Chefe de Serviço
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Tel: (61) 20276072

Anexos:

Portaria_0990330.html

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53900.015755/2015-16

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 26397/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1243938** e o código CRC **41B8A678**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Garanhuns/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.015755/2015-16**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1739462** e o código CRC **A16AA847**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.015755/2015-16

SEI nº 1739462

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.015755/2015-16**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1739466** e o código CRC **C3E301E4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.015755/2015-16

SEI nº 1739466

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.015755/2015-16**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 26397/2015/SEI-MC (0845468) e do Parecer Conjur nº 475/2015/SEI-MC (0845428), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1739470** e o código CRC **A6B574DA**.

Minutas e Anexos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Abril de 2015, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Garanhuns

/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53900.015755/2015-16

SEI nº 1739470

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Garanhuns /PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1802948** e o código CRC **546977CE**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1885854** e o código CRC **C2101F26**.

Referência: Processo nº 53900.015755/2015-16

SEI nº 1885854

Brasília, 19 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.015755/2015-16, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Garanhuns /PE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

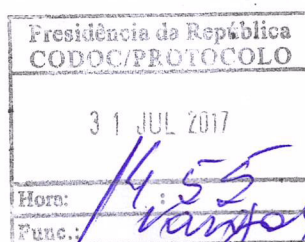
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
343/2017	53000.021819/2010-57	Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado de São João da Vitória
344/2017	53000.045558/2013-11	Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA
345/2017	53000.014022/2013-46	Associação Jiquiriçaense de Apoio Cultural
349/2017	53000.057914/2011-70	Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno
350/2017	53000.056238/2011-17	Associação Comunitária Central de Ritópolis
351/2017	53000.056228/2011-81	Associação de Comunicação e Cultura Liberdade
352/2017	53000.058131/2011-11	Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério
353/2017	53000.024292/2009-89	Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Conceição
354/2017	53000.050492/2011-10	Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa
355/2017	53000.024188/2012-90	Associação Comunitária de Rodeiro
356/2017	53000.058136/2011-36	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá
357/2017	53000.003928/2014-16	Serviço de Assistência Social - SAS
358/2017	53000.062396/2013-78	Associação Comunitária da Região Central
359/2017	53000.006882/2013-14	Associação Comunitária de Comunicação de Frutal
360/2017	53000.052021/2011-38	Associação Comunitária e Cultural de Caçu
361/2017	53000.065119/2010-74	Associação de Radiodifusão Comunitária de Novo Destino
362/2017	53000.070758/2013-02	Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre
363/2017	53000.071423/2013-01	Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura E Desporto De Pereiro
364/2017	53000.056608/2011-16	Associação Comunitária Eldorado Para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Castro Alves
365/2017	53900.032165/2014-77	Associação Comunitária do Município de Botuporã
366/2017	53000.055786/2012-19	Associação Amigos de Nova Fátima, no município de Nova Fátima
367/2017	53000.058133/2011-01	Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa
368/2017	53000.039604/2007-97	Associação Comunitária de Radiodifusão Terra - ACRAT
369/2017	53000.064284/2010-17	Associação Cristã Sem Fronteiras de Difusão Comunitária
370/2017	53000.040135/2013-05	Associação das Mulheres Espinosenses
371/2017	53000.062227/2013-38	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas
372/2017	53000.057295/2012-02	Associação de Rádio Comunitária de Oriximiná
373/2017	53000.050218/2012-13	Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense
374/2017	53900.029909/2015-57	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria
375/2017	53000.045153/2012-94	Associação Comunitária de Amigos de Reserva do Cabaçal
376/2017	53000.029631/2007-51	Associação Cultural Rádio Comunitária do Parque do Lago
377/2017	53000.054585/2011-13	Associação Comunitária de Amigos do Porto Esperidião (ASCAPE)
378/2017	53000.049700/2013-91	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária
379/2017	53000.020488/2013-81	Associação de Desenvolvimento Educativo, Cultural e Ambiental

380/2017	53000.057028/2013-16	Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista
381/2017	53000.007052/2013-04	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino
382/2017	53000.058076/2011-51	Associação Rádio Comunitária Belo Horizonte
383/2017	53900.017747/2014-23	Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari
384/2017	53000.044171/2012-59	Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari
385/2017	53000.053992/2010-14	Associação dos Monitores Em Organização Social de Wenceslau Guimarães (WG Fm)
386/2017	53000.033271/2013-31	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal
387/2017	53900.017321/2015-51	Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda
388/2017	53000.015610/2013-05	Associação Comunitária do Desenvolvimento Social
389/2017	53000.031930/2012-13	Associação Cultural Comunitária Rádio Livre
390/2017	53000.056622/2011-10	Associação dos Moradores de Aracruz
391/2017	53000.070524/2013-57	Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe
392/2017	53900.017573/2014-07	Associação Rádio Comunitária Cultura FM de Araci
393/2017	53000.071201/2013-81	Associação Palmaciana da Comunidade Sede
394/2017	53000.027789/2013-35	Associação Beneficente 07 de Outubro
395/2017	53000.048009/2013-91	Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI
396/2017	53000.056240/2011-96	Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel - ACOSAMI
397/2017	53000.055673/2012-13	Associação de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Educativo
398/2017	53000.054476/2012-79	Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense
399/2017	53000.048665/2012-11	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM
400/2017	53900.015755/2015-16	Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 24/07/2017, às 17:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2054851** e o código CRC **DF1E3466**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2054851

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53900.15755/2015-16
Referência: Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2100697** e o código CRC **DFD6D7E0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.015755/2015-16

SEI nº 2100697

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
 53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
 53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
 53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
 53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
 53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
 53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
 53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
 53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
 53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
 53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
 53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
 53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
 53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
 53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
 53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
 53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
 53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
 53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
 53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
 53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
 53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
 53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
 53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
 53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
 53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
 53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
 53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
 53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
 53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
 53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
 53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
 53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
 53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
 53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
 53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
 53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
 53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
 53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
 53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
 53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
 53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
 53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
 53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
 53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
 53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
 53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
 53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
 53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
 53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.015755/2015-16.**

Entidade: **Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/07/2019, às 16:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4352092** e o código CRC **51905C0A**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.015755/2015-16, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, inscrita no CNPJ nº 02.130.537/0001-00, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de abril de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 26397/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 767, de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.015755/2015-16

SEI nº 4352092

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.015755/2015-16, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, inscrita no CNPJ nº 02.130.537/0001-00, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de abril de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Garanhuns, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 26397/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 767, de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36724/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.015755/2015-16.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4694644** e o código CRC **BBCF83AA**.